

2 de Outubro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 79 / kz 400

Director-Geral
Evaristo Mulaza

Rendimentos dos governantes

Os membros do novo Executivo têm 30 dias para apresentar as respectivas declarações de rendimentos após o empossamento, conforme estabelece a Lei da Probidade Pública. A exigência inclui outros bens de valor significativo que possuam no estrangeiro, devendo os envelopes permanecer selados na PGR. **Págs. 4 e 5**



MANUEL RESENDE

“Há empreiteiros que não permitem fiscalização”

Há várias razões que justificam a ausência de fiscalização em obras públicas e privadas. Manuel Resende, que foi ministro no Governo de transição e no primeiro Governo pós-independência, exerce engenharia, no país, há mais de cinco décadas, por isso sabe do que fala: “há empreiteiros que não se deixam fiscalizar, há outros que não sabem exercer correctamente a actividade”. **Págs. 12 a 14**

Gestores privados obrigados a devolver empresas ao Estado



INDÚSTRIA TÊXTIL. Um despacho da ministra da Indústria a que o VALOR teve acesso refere que a entrega, em 2013, das instalações da África Têxtil, Satec e Textang à Mahinajethu, Nova Textang II e Alassola, está enfermada de “vícios procedimentais”. O Governo obrigou a reversão do controlo das unidades a favor do Estado. **Pág. 8**

Moedas AKZ 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 197,23 Kz (-2,03) ▼ LIBRA 224,54 KZ (-1,16) ▼ YUAN 25,174 kz (-0,146) ▼ RAND 12,46 KZ (-0,08) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



BENEFÍCIO DA DÚVIDA

João Lourenço cumpriu a promessa de fazer um Governo menos numeroso, mas a generalidade das opiniões avalia que o Presidente da República foi excessivamente tímido. Cinco ministros e três secretários de Estado a menos não é nada que se possa considerar revolucionário, face à composição do último Governo de José Eduardo dos Santos. E, em relação ao sentimento de alguma decepção, o Presidente da República só se pode queixar de si próprio. Foi a tónica concentrada na redução da estrutura do Estado que elevou as expectativas, no sentido de que, desta vez, o Governo seria significativamente reduzido, em comparação ao histórico. Sobre esta matéria, o discurso do Presidente da República foi, a toda a hora, mais do que pragmático. Esperava-se, portanto, por mais, mas, como se manifestou a generalidade dos observadores “a montanha acabou por parir um rato”.

Neste quadro, há uma variável crucial que não pode deixar de ser referida. Ao que se percebe da composição do novo Executivo, João Lourenço teve mais espaço de manobra para escolher os seus homens, do que as opiniões tentaram sugerir à partida. Se, de alguma maneira, Lourenço ficou condicionado, terá sido mais pelo partido do que propriamente por José Eduardo dos Santos, a figura



que alegadamente lhe começaria a fazer sombra, a partir da hora da formação do primeiro Governo. Não há quaisquer sinais de que o ex-Presidente tenha determinado pessoalmente escolhas. Desde logo, porque dos conhecidos ‘homens do Presidente’ – referimo-nos, claro, aos de José Eduardo – praticamente não sobrou nenhum. Até a especulação sobre a manutenção de Hélder Vieira Dias Júnior na Casa de Segurança, pela estreitíssima ligação que se reconhece dele com José Eduardo, acabou por não se confirmar.

Mas ainda bem que assim foi. O novo Presidente merecia toda a margem de manobra para fazer as suas escolhas. Entre inúmeras explicações, porque era eticamente aconselhável e politicamente necessário. O vigor do discurso de mudança na continuidade só ganharia alguma credibilidade, se, aos olhos da opinião pública, o novo Presidente assumisse, de facto, o leme. É a ele afinal a quem se vai pedir contas no fim de tudo. E

não haveria nada mais injusto, se Lourenço tivesse de prestar contas sobre o desempenho de uma equipa que não fosse maioritariamente escolhida por si. Politicamente, é, portanto, também mais responsabilizador.

Tão comprometedor como as respostas que se esperam para o facto de Lourenço ter apostado em alguns nomes de uma geração que deveria estar reformada. Não há nenhuma explicação minimamente razoável para que o conjunto da nova estrutura de Lourenço, incluindo a nível provincial, tenha governantes septuagenários. E, em tese, não se consegue perceber de que forma é que uma mudança positiva, ainda que na continuidade, possa ser promovida, sobretudo, por governantes, para os quais a função de ministro e/ou de governador é qualquer coisa que se confunde com uma carreira profissional. A tudo isso, o novo Presidente deverá dar respostas algum dia. E, porque o benefício da dúvida é inevitável, tomara que ele tenha razão.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, César Silveira, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,
Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Érica Neto,

Directora executiva da Big One

A Big One lançou o iPhone 8 Plus no mercado nacional, exactamente no dia em que o fabricante lançou em todo o mundo. Quantas unidades estão disponíveis?

Lançámos o iPhone 8, no dia 22 de Setembro, data comemorativa dos 10 anos do iPhone. Para Angola, temos, numa primeira fase, 40 unidades e os preços variam entre os 520 mil e 700 mil kwanzas.

Que desafios a Big One tem para frente?

Inaugurámos, em Julho, a loja de tecnologias de informação que ficou orçada em dois milhões de dólares, mas deixei-me dizer que, apesar da crise, a Big One está a crescer. Vamos inaugurar um ginásio, bar, no global, além da loja. Estamos a falar de um investimento de 84 milhões de euros, este ano. A ideia é diversificar o negócio.

Essa nova aposta da empresa fica somente por Luanda?

Estamos a pensar abrir lojas fora de Luanda, mas, por enquanto, é apenas uma ideia. Queremos, primeiro, consolidar-nos no mercado luandense para facilitar a vida dos clientes que já estão connosco.

19
TERÇA-FEIRA
A Mota-Engil anunciou ao mercado a adjudicação de dois contratos em África num montante total de 520 milhões de euros, 445 milhões dos quais em Moçambique e 76 milhões em Angola. A informação foi tornada pública num comunicado divulgado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) de Portugal.

20
QUARTA-FEIRA
O economista angolano José Sequeira lançou uma obra académica com o título 'Nova Economia Angolana', visando apontar as políticas macroeconómicas que podem ser adoptadas para a saída da crise. O acto de lançamento da obra teve lugar na Liga Africana, em Luanda.

21
QUINTA-FEIRA
A Associação Industrial de Angola (AIA) vai propor a eliminação das isenções fiscais para a importação de matérias-primas de origem agrícola e mineral a partir de 2019, com vista a garantir a produção de bens nacionais, informou o presidente da associação, José Severino.



18

SEGUNDA-FEIRA

A dívida pública, colocada por Angola, diminuiu 64% na última semana, face à anterior, para 26,2 mil milhões de kwanzas, continuando os juros a pagar inalterados, acima dos 23% a um ano. A informação vem expressa num relatório semanal sobre a evolução dos mercados monetário e cambial do Banco Nacional de Angola (BNA).

22
SEXTA-FEIRA
Angola pode vir a fornecer matéria-prima para motores de carros eléctricos, anunciou a australiana Rift Valley Resources, tendo declarado ter tido sucesso na perfuração no projecto mineiro de Longonjo, uma potencial fonte de extracção de metais magnéticos.



23
SÁBADO
A Economist Intelligence Unit considera que os lucros do Fundo Soberano de Angola, alcançados pela primeira vez, são um "desenvolvimento positivo", mas salienta que a vantagem para os cofres do Estado "não é clara", escreveram os peritos da revista 'The Economist'.



24
DOMINGO
Mais de 11 toneladas de carne bovina e caprina foram colocadas no mercado nacional pelo matadouro de Camababela, em Ambaca, no Kwanza-Norte, desde a inauguração. A informação foi avançada pelo responsável do Serviço de Veterinária, João António Azevedo.



COTAÇÕES



BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA LIGEIRA

A maioria dos índices europeus abriu a última sexta-feira a negociar em alta ligeira, antes de serem conhecidos vários dados económicos na Europa, como o PIB do Reino Unido no segundo trimestre e a taxa de inflação da Zona Euro, em Setembro. O perfil se manteve até mais ou menos perto do fim da sessão, com oscilações mínimas. No período, as excepções eram a bolsa de Paris e de Madrid, que seguem com sinal negativo.



DÓLAR A CAMINHO DA MELHOR SEMANA DO ANO

Desde o arranque de 2017, não há memórias de uma semana tão proveitosa para a moeda norte-americana. O índice que mede o desempenho do dólar face às principais congéneres abriu a subir, na passada sexta-feira, dia em que deverá completar a melhor semana deste ano. O USD tem beneficiado da expectativa crescente de que a Reserva Federal venha subir os juros novamente, em Dezembro, e do plano de reforma fiscal apresentado por Donald Trump.

Economia/Política

JOÃO LOURENÇO APRESENTA PRIMEIRO GOVERNO

Governantes têm 30 dias para declarar rendimentos

NOVO EXECUTIVO. Extinção e fusões de ministérios fazem as novidades do aparelho executivo do Presidente João Lourenço. A nova administração tem 28 ministérios, menos cinco que a do Governo cessante.

Por António Miguel

Membros do Governo, recentemente nomeados pelo Presidente da República, João Lourenço, devem apresentar, nos próximos 30 dias, declarações dos seus rendimentos, em obediência à Lei de Probidade Pública.

De acordo com a Lei, os titulares dos departamentos ministeriais devem ainda declarar títulos, acções ou qualquer outra espécie de bens e valores, localizados no país ou no estrangeiro. A informação é entregue em envelope lacrado ao Presidente da República, que, por sua vez, deverá submeter ao procurador-geral da República.

“É punido com pena de demissão ou destituição, sem prejuízo de outras sanções previstas por lei, o agente público que se recuse a prestar declaração de bens, no prazo determinado por lei”, lê-se no número 4 do artigo 27 da Lei de Probidade Pública.

Dois dias depois da tomada de posse, a 26 de Setembro, o chefe de Estado, João Lourenço, apresentou os mais directos auxiliares. A promessa de ‘emagrecer o aparelho executivo do Estado’ configurou-se numa das primeiras expectativas do público.

A redução até foi feita, mas, segundo analistas, sem relevância considerável. A administração de João Lourenço

tem 28 ministérios, menos cinco que o último Governo do ex-presidente José Eduardo, que teve 33 ministérios. A nova administração passa a ter ainda três ministros de Estado. Grande parte dos nomeados para cargos de ministros de Estado e ministros são figuras já conhecidas, estando apenas numa situação de recondução ou mudança de pasta.

Os ministros do Comércio, Joffre Van-Dúnem; da Comunicação Social, João Melo; da Saúde, Sílvia Lutucuta; do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, e dos Recursos Minerais e Petróleo, Diamantino Azevedo, são os grandes estreantes do Conselho de Ministros.

Houve também a criação de novos ministérios, como resultado da fusão

de outras estruturas, como é o caso do Ministério do Território e Reforma do Estado, Agricultura e Florestas, Recursos Minerais e Petróleos e o Ordenamento do Território e Habitação.



Pedro Sebastião, ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República. Foi deputado, governador e antigo ministro da Defesa.



Manuel Nunes Júnior, ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social. Foi secretário do Bureau Político para os assuntos económicos. Regressa ao Governo onde foi ministro de Estado e da Economia.



Frederico Da Silva Cardoso, ministro de Estado e Chefe de Casa Civil do Presidente da República. O jurista, que tem 65 anos, transita de secretário de Conselho de Ministros para a actual função.



Salviano de Jesus Sequeira, ministro da Defesa Nacional. Foi o secretário de Estado da Defesa para os Recursos Materiais.



Adão de Almeida, ministro do Território e Reforma do Estado. Tem 38 anos e já foi secretário de Estado da Administração do Território para os Assuntos Institucionais.



Ângelo da Veigas Tavares, ministro do Interior. Titular da pasta há cinco anos, foi reconduzido.



António Paulo, ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. No Governo findo, foi secretário de Estado da Administração Pública.



Manuel Augusto, ministro das Relações Exteriores. É ‘veterano’ no aparelho executivo do Estado, mas sempre ocupou cargos de vice-ministro, secretário de Estado e de embaixador.



Alexandre Nhunga, ministro da Agricultura e Florestas. Tem 57 anos e foi nomeado para o cargo em Setembro de 2016. Recebe agora o voto de confiança de João Lourenço.



Augusto Archer Mangureira, ministro das Finanças. Mantém-se no cargo em que foi investido há um ano. Já foi secretário do PR para os Assuntos Económicos.



Bernarda Martins, ministra da Indústria. Aos 69 anos, a engenheira química mantém o cargo que lhe foi confiado no último Governo de José Eduardo dos Santos.

28

Ministérios e três ministros de Estado constituem o aparelho executivo de João Lourenço.

8

Dias depois da recepção, o Presidente da República submete ao procurador-geral a declaração de bens dos seus auxiliares.



João Baptista Borges, ministro da Energia e Águas. Faz parte do grupo de governantes que transitam para a nova administração, mantendo o cargo.



Victória de Barros Neto, ministra das Pescas e do Mar. Aos 63 anos, a mestre em ciências do mar e das zonas costeiras também 'sobreviveu' às mexidas de João Lourenço, mantendo no cargo.



Maria Sambo, ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. Estreante no Governo, foi reitora da Universidade Agostinho Neto.



Victória Conceição, ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. 'Veterana' no sector, foi secretária de Estado da Família e Promoção da Mulher.



João Ernesto dos Santos 'Liberdade', ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria. Integra o Governo central, depois de mais de 20 anos como governador do Moxico.



Diamantino Azevedo, ministro dos Recursos Minerais e Petróleo. Até à ascensão ao Executivo, exercia a função de presidente do conselho de administração da Ferrangol.



José Carvalho da Rocha, ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação. Transita com as mesmas responsabilidades no Governo.



Maria Cândida Teixeira, ministra da Educação. Tem 62 anos e é mestre em física nuclear. Transita do Ministério da Ciência e tecnologia para o novo cargo.



Carolina Cerqueira, ministra da Cultura. Reconduzida ao cargo, também já exerceu o cargo de ministra da Comunicação Social.



Joffre Van-Dúnem, ministro do Comércio. Novo rosto no Governo, foi presidente do conselho de administração do Entrepósito Aduaneiro de Angola.



Augusto Tomás, ministro dos Transportes. Também foi reconduzido para mais um mandato de cinco anos.



Ana Paula Carvalho, ministra do Ordenamento do Território. Até à ascensão para a função de ministra, foi a directora do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente na província do Huambo.



Sílvia Lutucuta, ministra da Saúde. Quadro da Universidade Agostinho Neto, integra pela primeira vez o aparelho central do Governo.



Ana Paula Sacramento, ministra da Juventude e Desportos. Foi secretária de Estado para a Família e Promoção da Mulher.



Paula Francisco Coelho, ministra do Ambiente. Conhece o sector, tendo em conta que já foi secretária de Estado do Ambiente.



Manuel Tavares de Almeida, ministro da Construção e Obras Públicas. Foi consultor de José Eduardo dos Santos e é quadro do Ministério da Energia e Águas.



Pedro da Fonseca, ministro da Economia e Planeamento. Tem 60 anos e foi secretário de Estado para o Planeamento e Desenvolvimento Territorial no anterior Governo.



Maria Ângela Bragança, ministra da Hotelaria e Turismo. Saiu do Ministério das Relações Exteriores, onde exerceu o cargo de secretária de Estado.



João Melo, ministro da Comunicação Social. Foi deputado e esteve à frente da revista África 21.



Francisco Queiroz, ministro da Justiça e dos Direitos Humanos. Transita de ministro da Geologia e Minas. Já foi secretário de JES para os Assuntos Jurídicos.

Economia/Política

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A profecia das relações estratégicas

DIPLOMACIA. Generalidade das opiniões aponta para um desempenho positivo do novo Presidente da República na sua primeira mensagem à Nação, mas indicaram um aspecto em que o mesmo terá falhado

Por Gilberto Neto

Um discurso cheio de tudo, é o denominador comum das apreciações que ainda se fazem da primeira mensagem à Nação do novo Presidente da República. Com base nesses pronunciamentos, João Lourenço terá passado no seu primeiro teste nas vestes de novo líder do país, perante os angolanos.

Se, por um lado, a balança pende claramente a seu favor, entretanto uma referência no mesmo discurso constitui o que vários observadores não hesitaram em considerar a grande mancha naquele início de tarde sem sol. A referência aos países com os quais o sucessor de José Eduardo dos Santos pensa em manter relações estratégicas teria condicionado a excelência do seu desempenho.

“Angola dará primazia a importantes parceiros, tais como os Estados Unidos da América, a República Popular da China, a Federação Russa, a República Federativa do Brasil, a Índia, o Japão, a Alemanha, a Espanha, a França, a Itália, o Reino Unido, a Coreia do Sul e outros parceiros não menos importantes, desde que respeitem a nossa soberania”, ressaltou João

Lourenço, numa altura em que os níveis de aprovação estavam em alta e previa-se um fim em grande.

O inusitado residirá num par de aspectos que a opinião pública considera relevantes no domínio das relações e cooperação entre Estados. O primeiro terá decorrido de uma aparente deselegância,

dado que, na Praça da República, estavam presentes chefes de Estados estrangeiros que acederam, de pronto, ao convite do PR cessante para testemunharem a investidura. Não apenas os seus países não foram citados, como nenhum dos citados estava representado ao mais alto nível.

Para já, sabe-se que a diplomacia angolana teve de se desdobrar em múltiplos contactos para assegurar uma representação que se considerasse condigna, dado que Angola não figura propriamente no conjunto de países que os outros estadistas priorizariam neste momento. Por outro lado, a

repercussão internacional dos protestos da Oposição aos resultados das eleições levou o poder a esmerar-se na presença estrangeira, com a qual desejava reforçar a credibilidade do processo.

Crê-se, também, que o interesse económico reduzido nesses tempos de crise remete o país para o plano secundário dos destinos internacionais dos líderes das outras nações.

O destaque nesse particular recai sobre Jacob Zuma, presidente da segunda maior economia de África e maior potência económica e política da região em que Angola se insere. Nos últimos anos, foi o estadista mais chegado ao antecessor de João Lourenço, sendo que a sua ascensão a líder sul-africano quebrou a frieza e algum cinismo que caracterizavam as relações bilaterais na era de Nelson Mandela e o seu sucessor, Thabo Mbeki. Angola foi o primeiro país que Jacob Zuma visitou tão logo tomou posse, e é, na verdade, o país estrangeiro em que o político mais vezes esteve. Nenhum outro estadista veio cá em duas ocasiões numa semana em visita oficial que não fosse para escala técnica.

Politicamente, as relações eram, ou são, saudáveis. Especialistas estimam que a lacuna entre Angola e a África do Sul reside no plano económico, por conta da crise económica e financeira por que passa Angola. Em Abril deste ano, o encarregado comercial da embaixada sul-africana em Luanda estimou que as trocas comerciais com a África do Sul haviam caído em 2,4 mil milhões de dólares em 2016, uma redução de 75%.

Em declarações à RNA, Matomé Mbata sublinhou a necessidade de



Mário Mijangos © AE

Com efeito, a Constituição angolana estabelece um mandato único de sete anos para os 11 juizes do TC, sendo que Ferreira consta entre os quatro magistrados indicados pelo Presidente da República em Junho de 2008.



João Baptista Borges, ministro da Energia e Águas.

incremento das trocas comerciais entre os dois países, tendo em conta a sua proximidade, tecnologia e os recursos naturais. “Queremos promover e reforçar os negócios entre os dois países por três razões: a primeira, porque estamos próximos, são três horas de voo; segundo, porque temos a tecnologia, e terceiro, porque Angola tem petróleo e a África do Sul não tem, nesta perspectiva poderemos estabelecer fortes parcerias”, referiu o diplomata.

A dúvida reside se, nas actuais condições, a África do Sul merece ser incluída no conjunto de “outros parceiros não menos importantes”.

Historicamente, as relações com a República Democrática do Congo oscilam entre boas e menos boas, mas Joseph Kabila veio. Esperava-se uma referência ao país, quanto mais não seja porque as relações entre ambos é importante para impedir o alastramento para o Angola dos vários conflitos cíclicos que tem conhecido.

Outra nota sonante vai para a Côte D’Ivoire, cujo chefe de Estado também voou para Luanda com o fito de presenciar a passagem de testemunho na chefia do Estado angolano. Alassane Ouattara tinha razões políticas suficientes para declinar o convite, uma vez que Dos Santos opôs-se abertamente à sua primeira vitória para as presidenciais naquele país. Numa recepção a diplomatas estrangeiros na Cidade Alta, em Janeiro de 2011, José Eduardo dos Santos declarou que o derrotado Laurent Gbabo era o “Presidente constitucional” daquele país, colidindo com a posi-

MEMORIZE

- **LOURENÇO** prometeu conduzir uma política de aproximação aos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), “com vista à troca de informações no domínio da segurança, para a prevenção e combate ao terrorismo”.

ção defendida pelo Ocidente, em particular a França.

Fontes do MIREX indicaram que, entre os convidados africanos, Ouattara era o que menos se esperava que acedesse ao convite. Não sendo a Côte D’Ivoire um parceiro que se possa considerar estratégico, aconselhava-se, entretanto, alguma elegância e consideração políticas.

E tem Portugal, país com o qual Angola parece estar condenada a manter uma relação de amor e ódio permanente. Na manhã da investidura, o governo português confirmou a recepção de uma “carta rogatória” de Angola na qual o país voltava a bravar por alegada violação da sua soberania. Em causa estava o anúncio, por um tribunal de Lisboa, de que o então vice-Presidente angolano, Manuel Domingos Vicente, irá a julgamento em Janeiro do próximo ano, na seqüên-

cia das acusações de prática de corrupção activa.

Único estadista europeu na cerimónia, pela segunda vez Marcelo Rebelo de Sousa foi o centro de milhares de olhares naquele dia, quando João Lourenço terminou a sua “lista dos favoritos” sem que o seu país fosse incluído, depois de haver sido vivamente ovacionado na apresentação dos convidados estrangeiros de alto nível. Crê-se mesmo que a referência “desde que respeitem a soberania angolana” no discurso de João Lourenço se destinava a Portugal, em particular.

Este desenvolvimento foi anterior à proclamação por José Eduardo, em Outubro de 2013, do fim da parceria estratégica entre os dois países. Na altura, as autoridades lusas já andavam à ‘caça’ de Vicente.

O atenuante naquele momento de incredulidade residiu na projecção que o novo líder angolano antes fez sobre a cooperação internacional do seu Executivo. Lourenço prometeu conduzir uma política de aproximação aos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), “com vista à troca de informações no domínio da segurança, para a prevenção e combate ao terrorismo”. Sobre os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), assegurou que a relação de Angola com os mesmos estará “sempre presente”.

Tradicionalmente, equipas multi-sectoriais contribuem na elaboração e redacção dos discursos de estadistas. Não se sabe ao certo como foi o processo do primeiro pronunciamento do Presidente João Lourenço.

OS RECADOS DE RUI FERREIRA

Corrupção política também, senhor Doutor?

Presidente do Tribunal Constitucional recordou ao novo Presidente as suas promessas de campanha, em particular o combate à corrupção generalizada no país.

Rui Ferreira ficará na história como a figura que empossou dois Presidentes da República. No veemente apelo a João Lourenço para que este cumpra as suas promessas de campanha, o magistrado referiu que o novo líder angolano dispõe de uma “via expressa” para o fazer.

No seu apelo, o presidente do Tribunal Constitucional, que também faz de Tribunal Eleitoral, referiu-se ao lema de campanha do MPLA e destacou a luta contra a corrupção, o fortalecimento do Estado democrático e de Direito, a diversificação da economia e melhoria da qualidade de vida dos angolanos como parte dos desafios do PR.

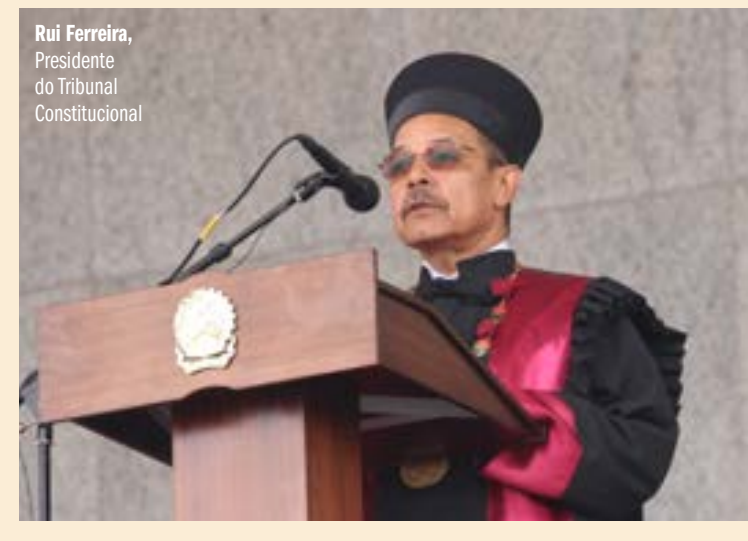
A “via expressa” e o combate à corrupção mereceram ênfase nas reacções avulsas ao pronunciamento, com várias sensibilidades lembrando a questão sobre um suposto mandato fora de prazo de Rui Ferreira, ou seja, numa situação em que a sua continuação configurará não apenas uma ilegalidade, mas o resultado de

algum arranjo político.

Com efeito, a Constituição angolana estabelece um mandato único de sete anos para os 11 juizes do TC, sendo que Ferreira consta entre os quatro magistrados indicados pelo Presidente da República em Junho de 2008.

A aparente violação da Constituição tem sido objecto de debates desencontrados. O deputado do MPLA João Pinto, por exemplo, nega qualquer ilegalidade na permanência do antigo advogado de José Eduardo no cargo, o argumento de que o princípio da nomeação diferida dos juizes conselheiros, que barra a substituição simultânea de todos os juizes daquele órgão, é suficiente para justificar a continuação.

Cumpridos nove anos de mandato, resta saber se o novo Presidente da República tomará à letra o apelo para combate à corrupção, pondo fim a uma situação que diferentes sectores encaram como exemplo de corrupção política no país.



Rui Ferreira, Presidente do Tribunal Constitucional

Economia/Política

ÁFRICA TÊXTIL, SATEC E TEXTANG

Indústria admite “incompetência absoluta” e anula contratos

INDÚSTRIA TÊXTIL. Ministra da Indústria admite que o pelouro não tinha competência para conceder direitos de superfície e que o processo de entrega das unidades a privados está eivado de “vícios procedimentais”. Em causa estão projectos cuja reactivação orçou 1,2 mil milhões de dólares.

Por Isabel Dinis

O Ministério da Indústria e o Instituto de Desenvolvimento Industrial (IDIA) admitiram ter sido “incompetentes em absoluto” na entrega das instalações de três unidades estatais a empresas privadas para gestão, num processo que envolve investimento estrangeiro de 1,2 mil milhões de dólares.

Em despacho datado de 15 de Setembro, a que o VALOR teve acesso, a ministra da Indústria refere que a entrega, em 2013, das instalações da África Têxtil, Satec e Textang à Mahinajethu SA, Nova Textang II e a Alassola SA, respectivamente, está enfermada de “vícios procedimentais” e, por essa razão, as adjudicações são nulas. Bernarda Martins sublinha que a resolução é “título bastante para a autoridade competente proceder ao averbamento da nulidade

dos actos notariais e de registo que possam ter sido praticados” durante o processo.

A Mahinajethu SA, Nova Textang II e a Alassola SA assumiram a gestão daquelas unidades têxteis que estiveram paralisadas durante vários anos, e beneficiaram de uma linha de financiamento do Japão para a sua reactivação, em 2013.

No despacho datado de 15 de Setembro, Bernarda Martins admite que o seu pelouro não teve competências para conceder direitos de superfície, ao abrigo da Lei de Terras de 2004 e o seu regulamento, tendo revogado os actos administrativos de adjudicação e celebração de contratos com as mesmas.

O documento revogou também o termo de entrega e promessa de concessão de direitos de superfície, assinado em Setembro 2013, sobre 90 mil metros quadrados de parcelas de terrenos localizados no Kwanza-Norte à Sociedade Mahinajethu, de 167 mil metros quadrados em Benguela, à Alassola, e de 140 mil metros quadrados no Cazenga, em Luanda, à Nova Textang II. No mesmo despacho, a agora reconduzida ministra ressalta que a adjudicação e celebração dos contratos



Manuel Tomás © AE

teve como contrapartes entidades que não participaram no procedimento pré-contratual, o que torna a Mahinajethu, Alassola e a Nova Textang II “partes ilegítimas da relação jurídico-contratual”.

As empresas tinham até sexta-feira última, 29 de Setembro, 15 dias para reverterem o controlo das respectivas unidades ao Ministério da Indústria, tendo sido advertidas a não obstaculizar a entrada nas instalações de representantes seus. Estavam ainda obrigadas a entregar as instalações, os activos móveis e imóveis “em boas condições de conservação”, “consi-

derando o investimento feito pelo Estado na recuperação” das mesmas.

O investimento estatal para a reactivação da África Têxtil, Satec e Textang totalizou perto de 1,2 mil milhões de dólares provenientes de um financiamento do Japão desde 2013, segundo o ‘Jornal de Angola’. A aposta visava a modernização, apetrechamento e ampliação destas unidades estatais.

OS GESTORES

A SATEC tem como presidente do conselho de administração Matos Cardoso, gestor demitido da Feira internacional de Luanda (FIL) e

actualmente alvo de dois processos judiciais movidos pelos trabalhadores e pelo Estado angolano, respectivamente, sob alegação de incumprimentos salariais e gestão danosa de bens públicos.

A Nova Textang II é presidida por Hélder David, enquanto a África Têxtil (mais conhecida por Alassola) tem como PCA Tambwé Mukaz, um angolano formado em Medicina Veterinária na Faculdade Agrária do Huambo.

As unidades entregues à gestão privada foram dois anos depois extintas, num processo que levou os respectivos trabalhadores a reivindicarem o pagamento de indemnizações. Em recente entrevista ao VALOR, representantes do sindicato dos trabalhadores da antiga Textang acusaram o Ministério da Indústria e o Instituto de Fomento Empresarial (ISEP) de não pretenderem o pagamento de indemnizações, uma vez que as duas instituições divergem sobre a quem cabe essa responsabilidade. Certo é que os trabalhadores continuam sem receber quaisquer indemnizações.

SEM PRODUTOS NO MERCADO

Das três unidades fabris, apenas a Nova Textang II iniciou, em Fevereiro, a produção e comercialização de tecido. A Satec e a África Têxtil continuam em fase de testes, os quais previam terminar em Julho do ano passado. A reactivação das mesmas passava pela importação na totalidade da sua principal matéria-prima, o algodão, visto que Angola deixou de produzir essa commodity.

A aposta do Estado nas três fábricas decorreu das iniciativas do Governo de diversificação da economia e captação de receitas.

O VALOR vai continuar a seguir o processo em próximas edições.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



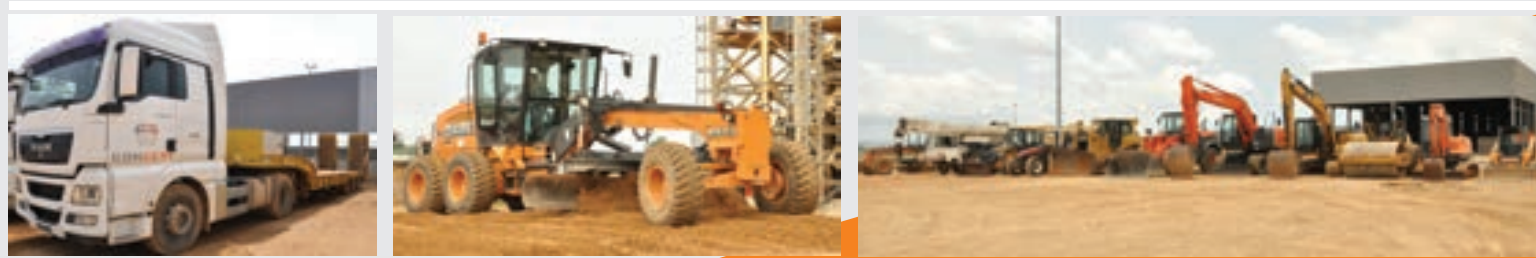
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

EDUCAÇÃO LIDERA QUEIXAS DE CONSUMIDORES

AADIC recebe mais de 4 mil denúncias de violação de direitos

DIREITOS DO CONSUMIDOR. Apesar do aumento considerável de denúncias em relação ao ano passado, a associação de defesa do consumidor ainda considera os números “insatisfatórios”.

Por Isabel Dinis

A

Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) recebeu, entre Janeiro e princípio de Setembro deste

ano, mais de 4.300 denúncias de violações dos direitos do consumidor, contra as cerca de três mil recebidas no mesmo período do ano passado.

A informação é do director adjunto do gabinete jurídico da AADIC, Jordão Coelho, segundo o qual a educação lidera as denúncias dos consumidores, seguida da banca e das telecomunicações.

Só no mês passado, o sector líder das reclamações obrigou a mais de 200 queixas de estudantes de apenas uma universidade, cujo nome a AADIC se recusou a avançar “por se tratar de um processo ainda em curso”.

Os estudantes reclamavam o aumento de uma cadeira que não fazia parte do programa curricular e o pagamento de 10 mil kwanzas. A associação repudia a atitude da instituição, afirmando que está por dentro da situação.



Jordão Coelho, da AADIC, diz que é preciso também mais consciência do consumidor.

Entretanto, a banca foi considerada pela associação como o sector mais “problemático”, devido à crise das divisas e às restrições que os bancos têm imposto nos levantamentos de dinheiro.

Apesar do aumento de reclamações, Jordão Coelho diz que ainda há

muito trabalho por se fazer e que os números de denúncias não satisfazem. “Não queremos ter mais reclamações, queremos também consciência por parte do cidadão. É essa a nossa missão, que os consumidores tenham consciência dos seus direitos”, apelou.

O dirigente associativo declarou que, das denúncias feitas, houve muitas que, “felizmente”, foram resolvidas.

Nas telecomunicações, terceiro sector com mais reclamações este ano, a instituição afirma que não é legal, “como acontece muitas vezes”, que as operadoras determinem pra-

zos de carregamento, sendo constituída uma cláusula abusiva, segundo a lei de defesa do consumidor. “Estamos diante de um atropelo significativo, sendo considerado um roubo”, reafirma Jordão Coelho.

Em relação à alegada existência de alimentos de plásticos no mercado nacional, de que muito se falou e se tornou viral nas redes sociais, a AADIC considera que se deveria exigir mais laboratórios além do estatal. A associação diz que, à parte aos alimentos, há cada vez mais medicamentos contrafeitos a entrar em Angola, que merecem “outro olhar das instituições”.

LIVRO DE RECLAMAÇÕES “TÍMIDO”

Muitos estabelecimentos comerciais, e não só, ainda não implementaram o livro de reclamações, por falta de informação desde que começou a vigorar em Março último, declara a AADIC.

O livro destinado às instituições que comercializam bens e prestam serviços públicos e privados ainda está com uma adesão pelas instituições relativamente “tímida”.

Disponibilizados cerca de 50 mil exemplares, o livro ainda não se tornou hábito nem para os consumidores, nem para as empresas. A AADIC acredita que é preciso que a entidade responsável, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), faça uma campanha porta-a-porta para que os destinatários estejam informados.

PUB

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA: CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.

Nova Gazeta 100 MIL. SEM CUSTO.

www.novagazeta.co.ao

O QUADRO DE COOPERAÇÃO de financiamento dos novos projectos desenvolvidos este ano entre Angola e a China ultrapassou os 10 mil milhões de dólares, revelou, em Luanda, o embaixador chinês no país, Cui Aimin.



O RELATÓRIO DE INFLAÇÃO do BNA revela que as despesas com juros da dívida pública dispararam 71% no 1.º trimestre de 2017, face ao mesmo período em 2016, passando de 70,2 mil milhões de kwanzas para 120,3 mil milhões kwanzas.



Segundo um inquérito, em Cabinda, Luanda, Benguela e Lobito, cerca de 10% da população vive em zonas de risco.



Santos Samuelsen ©VE

PLANO APONTA PARA MAIS DE 1.700 HABITAÇÕES SOCIAIS

Governo prevê gastar 666,8 milhões USD em zonas de risco

INFRA-ESTRUTURAS. Zonas de risco de Luanda e Benguela vão beneficiar de obras estruturantes. Consórcio QinjianGroup/MCA foi escolhido pelo Governo para a recuperação e construção dos projectos.

Por Isabel Dinis

O Governo prevê gastar 666,8 milhões de dólares na adjudicação do Programa Emergencial de Intervenções Estruturantes, para a construção de 1.750 habitações sociais, além de infra-estruturas nas encostas das cidades do Lobito, Catumbela, em Benguela, e ao longo da Estrada da Samba, em Luanda, segundo documentos oficiais consultados pelo VALOR.

O Programa Emergencial de Intervenções Estruturantes foi aprovado em Agosto em Conselho de Ministros e os respectivos contratos aprovados pelo Presidente da República recentemente. A actuação do programa inclui acções a realizar em áreas de risco para as populações.

Para a construção das 1.750 habitações sociais e as infra-estruturas internas para o realojamento nas cidades do Lobito e Catumbela, foi aprovado um contrato a ser celebrado com o consórcio QinjianGroup/MCA por 239,7 milhões de dólares. O mesmo consórcio que deve receber 143,1 milhões de dólares para a estabilização e regeneração das áreas de risco nas encostas do Lobito e via de contorno da encosta Lobito a Catumbela.

O consórcio foi também escolhido para realizar as obras de macrodrenagem nas cidades do Lobito e Catumbela e as intervenções nas encostas da estrada da Samba, em Luanda. A primeira por um montante de 124,6 milhões de dólares, ao passo que a segunda empreitada fica por 159,3 milhões de dólares.

Segundo um inquérito da representação das Nações Unidas em Angola em parceria com uma ONG, nas cidades de Cabinda, Luanda, Benguela e Lobito, cerca de 10% da população vive em zonas de risco.

MEMORIZE

● Segundo um inquérito da representação das Nações Unidas em Angola em parceria com uma ONG, nas cidades de Cabinda, Luanda, Benguela e Lobito cerca de 10% da população vive em zonas de risco.

3,3

Mil milhões de kwanzas deverão ser investidos na fiscalização.

O inquérito conclui que o aumento da variação climática agravou o problema nos últimos 60 anos, com as chuvas e as tempestades intensas a causarem inundações. Os últimos estragos causados pelas chuvas às populações que viviam em zonas de risco ocorreram em 2015, com cerca de 100 mortos e nove mil desalojados, em Benguela.

MAIS DE 3 MIL MILHÕES PARA FISCALIZAÇÃO

Os contratos de adjudicação da construção das habitações e de obras estruturantes nas encostas da Samba e do Lobito vão ser feitas por três diferentes empresas, segundo as minutas de contrato.

No total, com a fiscalização das obras, o Governo vai gastar acima de 3,319 mil milhões de kwanzas, envolvendo as empresas Tecnoenge, Engenharia (1,193 mil milhões de kwanzas), Jaua-transportes e Logística (1,332 mil milhões de kwanzas) e o grupo Proenge Engenharia (793 milhões de kwanzas).

GÁS LIQUIFEITO Angola LNG 'recupera' produção

A Economist Intelligence Unit (EIU) considera que o acordo assinado entre a empresa de gás Angola LNG e a distribuidora Glencore mostra um "apetite renovado" pelo sector e que os projectos "estão a recuperar de anos progresso errático e subcapacidade".

De acordo com uma análise ao acordo divulgado este mês entre a Angola LNG e a Glencore feita pelos peritos da unidade de análise económica da revista 'The Economist', citada pela Lusa, "estes contratos sublinham o apetite renovado por acordos de nova produção com as principais empresas do sector".

Os parâmetros do acordo, segundo a EIU, são semelhantes aos negócios feitos com a britânica Vitol e a alemã RWE Supply and Trading neste e no último ano, no entanto, os pormenores são escassos.

"Os termos do acordo permanecem na sua maioria privados, mas os acordos sugerem que o projecto Angola LNG está a voltar aos eixos depois de anos de progressos erráticos e subcapacidade", escrevem os analistas.

Só a fábrica do Soyo, no Zaire, já produziu 3,5 milhões de toneladas, em comparação a 0,77 milhões no ano passado, "e, mesmo assim, está bem abaixo da capacidade instalada de 5,2 milhões de toneladas por ano".

A central do Soyo, inaugurada em 2013, é um empreendimento detido em conjunto pela Sonangol, com 22,8%, e outras petrolíferas internacionais, como a Chevron, com 36,4%, a Eni, Total e a BP, cada uma com uma quota de 13,6%.

Entrevista

MANUEL RESENDE DE OLIVEIRA, ENGENHEIRO

“Há empreiteiros que não permitem ser fiscalizados”

Com mais de 54 anos a exercer engenharia no país, Manuel Resende de Oliveira considera-se insatisfeito com a pouca importância que se dá à actividade de fiscalização de obras. Aponta o dedo à falta de autoridade do Governo para que empresas, com destaque para as chinesas, se recusem a ter as obras fiscalizadas.

Por César Silveira

Está satisfeito com as práticas actuais na actividade de fiscalização de obras públicas?

Não posso estar satisfeito, porque o que tem acontecido é não haver fiscalização. Ou melhor, há uma fiscalização que não actua por diversas razões. Os projectos não permitem uma fiscalização eficaz, porque o empreiteiro não se deixa fiscalizar. É o caso de algumas empresas chinesas onde não há, praticamente, possibilidade de se fazer fiscalização. Por outro lado, há empresas de fiscalização que não são, efectivamente, empresas que saibam exercer esta actividade de uma forma correcta. Ou não têm conhecimento ou não têm vontade de exercer a fiscalização. Isso traz, como resultados, em grande número de casos, deficiências muito grandes, sobretudo a nível de obras públicas, estradas e também a nível de edifícios. Encontramos com toda a frequência problemas que são realmente graves e que seriam evitados, se se fizesse uma fiscalização competente e eficaz.

Mas quão grave é o quadro? O que está, realmente, em causa?

Para mim, o mais grave é, sobretudo, não se ter noção sobre a importância da fiscalização. Há muita gente que pensa que a fiscalização é uma coisa que não vale a pena, porque o

empreiteiro sabe o que faz e fiscalizar é secundário. Este é o principal motivo pelo qual as fiscalizações não são encaradas com seriedade quando, de facto, uma boa fiscalização faz uma economia muito grande, não só a nível da própria obra como a nível da sua vida. Permite que a obra dure muito mais tempo e com muito menos manutenção. Não está essencialmente em causa o custo da obra em si, mas sim o que ela custa depois para ser mantida ou reparada. A fiscalização, neste momento, ainda não está arreigada quer às estruturas públicas, quer aos particulares.

As empresas a que se referiu como estando a exercer a profissão sem o empenho desejado estarão a ser vítimas desta realidade da pouca valorização por parte das instituições que contratam os serviços?

Há também esta possibilidade de a empresa não se empenhar por saber que não tem grande importância, mas esta é uma situação que deve ser, absolutamente, posta de lado. Se tenho a noção de que o meu trabalho não é útil, então porque é que eu vou fazê-lo? Se me proponho fazer uma fiscalização, tenho de exercê-la. Se me demito do exercício, não estou a fazer nada. Estou a ganhar dinheiro sem prestar o serviço que devo.

E um caso como o que mencionou de empreiteiras que não se deixam fiscalizar, a culpa é essencialmente do dono da obra, pois é a posição deste que deve prevalecer. Certo?

Devia valer, mas nem sempre é



“O que está a ser feito na estrada entre Luanda e Lobito é mau, não está a obedecer ao que deveria, os terrenos não estão estudados, logo vai durar pouco tempo.”

assim e garanto-lhe, porque se passou comigo em várias ocasiões: nós, fiscalização, não aceitar as posições do empreiteiro e o empreiteiro não aceitar as nossas exigências. Fizemos reuniões conjuntas com o dono da obra, este a tentar obrigar o empreiteiro a respeitar as instruções da fiscalização e o empreiteiro, pura e simplesmente, a não aceitar. Aconteceu comigo e, perante isso, penso não ser necessário falar mais.

Disse que acontece, sobretudo, com empresas chinesas. Alguma razão específica?

Sim. Acontece muito com empresas chinesas por vários motivos. Este caso que contei é devido ao facto de a empresa chinesa estar a executar um trabalho que já tinha sido aprovado a nível superior e, por isso, achavam que já não deveriam estar a apresentar justificações à fiscalização.

Estamos a falar de um cenário antigo ou dos últimos anos?

É assim de há 10 anos para cá.

O que esteve na base desta alteração?

Foi, quanto a mim, a cedência de autoridade das estruturas angolanas, perante outros tipos de acordos que são feitos entre governos e que retiram capacidade de intervenção nas estruturas que têm de executar

Estamos a falar, por exemplo, da linha de financiamento da China. Certo?

Por exemplo. Está a ver que foi buscar o que eu não quis dizer, mas é isto mesmo.

É comum fazerem-se comparações, por exemplo, entre a qualidade das estradas feitas antes e depois da independência devido à maior qualidade das primeiras. Esta fiscalização deficiente é a principal razão desta discrepância na qualidade?

Há outras razões. Primeiro, Angola, quando saiu da guerra, tinha uma necessidade absoluta de repor a circulação terrestre entre as várias províncias, capitais e municípios. Havia necessidade de uma intervenção urgente e rápida de tapar buracos, fazer reparação mínima nas estradas que permitisse que se pudesse avançar. A não conservação da estrada - porque não era possível fazê-lo, aí sim, porque havia guerra - levou a uma deterioração rápida das mesmas. O que se precisava era

de uma acção imediata tão rápida que permitisse restabelecer os itinerários terrestres.

Então não houve uma construção de estradas como tal?

Houve uma intervenção nas estradas que muita gente pensou que se construíram estradas, mas não. As estradas tinham de ser construídas a seguir, porque já havia possibilidade de circular. Esta compreensão é fundamental para se poder justificar o que aconteceu. Mas, a seguir, já houve estradas para serem construídas de uma forma definitiva, mas foram sem qualidade nenhuma, por falta de exigência de projectos e de exigência de fiscalização. Muitas destas estradas que já deveriam ter sido feitas de uma forma definitiva foram feitas sem os estudos necessários.

Conhece muitas estradas nestas circunstâncias? Pode apontar algumas?

Na estrada que vai para Kibala ou para o Waku kungo, ainda há pouco tempo, algumas vias estavam a ser reabilitadas e o empreiteiro, ao retirar a base para buscar o terreno natural, encontrou que a base da estrada estava feita de terreno com vegetação. Isso não pode ser. Os projectos também deixam muito a desejar. Mas também há estradas bem feitas, como, por exemplo, a do Nzeto para o Soyo. Mas o que está a ser feito na estrada entre Luanda e Lobito é mau, não está a obedecer ao que deveria, os terrenos não estão estudados, logo vai durar pouco tempo. É preciso e possível fazerem-se as coisas com mais qualidade e gastar-se menos dinheiro.

E gasta-se muito dinheiro com as estradas não apenas pela rápida degradação das mesas, mas também pelos preços praticados que, segundo consta, são bastante altos, comparados a outros mercados...

Tivemos aqui uma época em que o preço por quilómetro de estrada era absolutamente inadmissível. Era óptimo para o empreiteiro, mas mau para o país. É uma realidade só nossa. Quando se usava, não sei se ainda se usa, o padrão de um milhão de dólares por quilómetro para uma estrada com sete metros de faixa de rodagem e mais um metro e meio para cada lado de berma. Far-se-ia a mesma estrada por metade do preço ou por 600 mil dólares, no máximo.

Se atender aos benefícios que traz para o conjunto do investimento, a fiscalização não custa nada. São 3% ou 2,5% do valor de uma obra.

Há empresas que se tornam preferenciais e há outras que são ignoradas. Não me pergunte quais são as razões, porque acho que sabe melhor do que eu.

Então foram milhões gastos desnecessariamente?

Sem dúvidas nenhuma.

Regressando à dificuldade de fiscalizar as obras, também acontece com as obras de privados?

Com os privados, há os dois tipos. Há os que dispensam a fiscalização porque têm interesses com empreiteiro ou qualquer coisa do género.

Ou porque consideram muito altos os custos de fiscalização?

A fiscalização nunca é cara. Se atender aos benefícios que traz para o conjunto do investimento, a fiscalização não custa nada. São 3% ou 2,5% do valor de uma obra. O que é isso, por exemplo, numa obra de 50 milhões de dólares? Não é nada, mas pode resultar numa poupança directa na construção da obra porque o empreiteiro é controlado. Penso ser uma questão cultural. Os donos das obras pensam ser um desperdício dar 3% ao fiscal.

Esta margem de 2,5% a 3% são os preços de regra do mercado?

Estatisticamente é o preço normal. Depende depois, porque há obras mais complexas que outras. Se eu tiver de fiscalizar um hospital, por exemplo, é muito mais complexo, tenho mais custos do que se for fiscalizar um edifício normal de habitação.

Na opinião do engenheiro, tem havido transparência na contratação das empresas de fiscalização para empreitadas de obras públicas?

Há uma desigualdade muito grande no tratamento das empresas. Há empresas que se tornam preferenciais e há outras que são ignoradas. Não me pergunte quais são as razões, porque acho que sabe melhor do que eu.

Será pela qualidade de serviço prestado por cada uma?

Não. É pelo enquadramento em todo um sistema que se implantou na nossa sociedade, mas tenho uma grande esperança que venha a mudar. Estou a falar da corrupção. Há empresas que são seleccionadas porque elas retornam para outras pessoas parte dos seus benefícios e por isso lhes são adjudicadas as obras. Não é o nosso caso. Temos uma postura eticamente mais correcta e, como sabem que com a Progest é difícil entrar em esquemas de corrupção, põe-nos de parte.

Mas já receberam propostas do género?

Várias vezes.

Qual é a actual facturação anual da Progest?

A Progest tem uma facturação anual de entre os 12 e os 15 milhões de dólares, em kwanzas.



Manuel Tomás © VE

Entrevista

Continuação da pág. 5

E, se alinhassem nos esquemas, qual seria o potencial de facturação?

Nós não entramos nesta forma de trabalho, não nos deixamos tentar por isso. Preferimos ter menos trabalho, mas termos uma vida limpa. Não entramos nestes esquemas de receber dinheiro indevidamente e pagar indevidamente. Não faz parte da nossa forma de estar. Estamos dispostos a pagar, porque tem que ver com a nossa forma de estar. Se aceitássemos, talvez estivéssemos a falar de 30, 40 ou 50 milhões de dólares.

Há a percepção de que, em muitos dos casos de suspensão de empreitadas de obras públicas devido, por exemplo, a atraso dos pagamentos, não se respeitam os procedimentos legais. É um facto?

A lei define como é que um empreiteiro deve suspender uma obra, mas não é o que acontece. Limitam-se a escrever uma carta a dizer que vão suspender, porque não recebem. Não é assim. Tem de haver um auto de suspensão, um inventário do que está feito até ao momento, mas infelizmente não é prática corrente.

Exerce a actividade de engenharia no país desde antes da independência. Participou certamente de várias obras. Quais são as mais marcantes?

São várias. Cheguei a Angola em 1963, vim para fazer pontes e uma obra que me marcou foi a ponte do Cunene. Deu-me muito prazer fazer aquela obra que tinha, na altura, 830 metros. Deu-me gozo não apenas porque era recém-chegado a Angola, como por ter caído no Cunene perante uma obra daquela responsabilidade e num meio que me era completamente desconhecido. Encontrei uma serie de factores que me prenderam. Por exemplo, tinha na obra quantidade de operários que só estavam a trabalhar para ganhar dinheiro para pagar o imposto geral mínimo. Recebiam e iam-se embora porque tinham gado, bens, mas não vendiam uma cabeça de gado. Fiz muitas obras também em Luanda como o Hotel Panorama e também o Presidente. Tenho mais uma dezena de edifícios. Na altura, eram altos, agora pequeninos ao pé dos que existem.



Manuel Tomás © VE

Falando dos prédios que existem hoje... Como encara o surgimento e crescimento desta Luanda dos arranha-céus?

Tenho uma opinião muito crítica neste aspecto, porque a Luanda actual não foi construída de uma forma pensada e planificada, que previsse as necessidades de tráfico, abastecimento de água, energia e de saneamento básico. Nada disso foi planificado. Foram aparecendo edifícios sem qualquer tipo de suporte e isso reflectiu-se na qualidade de vida que temos actualmente, que é o trânsito e as dificuldades todas de estacionamento. Luanda actual nasceu sem planeamento, sem plano director, sem autoridade que permitisse que o crescimento fosse feito de uma forma ordenada. Os prédios foram feitos, até a uma determinada altura, sem sequer exigências de um estacionamento próprio. Invadiram-se espaços públicos para fazer prédios, o que não tem sentido nenhum. Kinaxixe, por exemplo, porquê? Que vantagem trouxe para Luanda o desaparecimento do largo e do mercado? Que vantagem trouxe a alteração do trânsito? Havia necessidade? Faz sentido, por exemplo, que o largo por detrás da Biker fosse privatizado e construídos dois edifícios nele? Aquela encosta toda que vemos quando subimos para o cemitério do Alto das Cruzes (saindo da Marginal) está cheia de prédios mas aquilo era o pulmão da cidade. Será que não havia terrenos para se

PERFIL

Manuel Resende de Oliveira nasceu na vila portuguesa de Murtoza em 1935, mas cresceu em Coimbra onde fez os três primeiros anos do ensino superior, tendo concluído, posteriormente, no Instituto Superior Técnico em 1961. Dois anos depois, chegou a Angola para estar envolvido na construção de pontes. Foi ministro da Obras Públicas e Habitação no Governo de transição e ainda no primeiro governo depois da independência, entre 1975 e 78. Trabalhou ainda no Ministério da Hotelaria e Turismo e, em 1986, fundou a Progest, empresa a que se dedica até ao momento. Entre 1984 e 86, foi docente da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto.



fazer a expansão da cidade de uma forma pensada que evitasse todos os problemas que temos agora. Eu não estou feliz com esta cidade.

Entretanto, já temos o plano director. Diz-se que vai resolver alguns destes problemas. Também pensa assim?

Sim, vai resolver. Este plano deveria ter existido há muito tempo. Actualmente, já está bastante condicionado, porque há coisas que estão feitas e não são destruíveis ou vamos tentar, pelo menos, não destruí-las. Chegou tarde, mas ainda bem que chegou. Também isto se for respeitado, porque, se não for, não vai servir para nada.

É um plano do Governo, é uma autoridade que deve ser respeitada. Devia, de facto, ser mas não sei se vai ser. Há tanta coisa do Estado que não é respeitada. O Estado não se impõe.

Quando foi governante, já sentia a necessidade de o Estado se impor?

Não. Aquele tempo não tem nada que ver com hoje. O nosso carro era o Lada, no fim, porque, no princípio, era o Fiat 127. As nossas necessidades e a nossa forma de pensar eram completamente diferentes. Naturalmente, hoje existem porque Angola cresceu, tem outros problemas, e naquela altura, estava a nascer, tinha sido uma colónia.

Pode ser encarada também como desvantagens do sistema de economia de mercado, afinal naquele tempo estamos a falar de uma economia centralizada?

É a desvantagem dos exageros que se cometem porque não há necessidade de se esbanjar o dinheiro desta maneira. Veja, por exemplo, o que está a fazer a Tanzânia e outros países de África. Estão a pôr os recursos do país ao serviço do desenvolvimento do país e não apenas no crescimento de uma parte da população. Aliás, este é o princípio da melhor distribuição, foi sempre o lema, mas nunca foi praticado e espero que agora venha a ser. Temos esta esperança, porque, se isso continuasse pelo caminho em que estávamos, estaríamos a enterrar-nos.

O que lhe faz ter tanta esperança?

A consciência de que os nossos dirigentes percebem que é necessária esta mudança. Não tenho dúvidas de que estão todos conscientes de que esta mudança é absolutamente necessária, é preciso moralizar este país, esta administração pública. É preciso que Angola seja um país normal, que se acabem as loucuras dos esbanjamentos e do enriquecimento ilícito. Vai custar, vai ser penoso, em muitas situações, mas vai ter de acontecer. Se calhar, algumas pessoas vão ficar pelo caminho, mas não há alternativa.

Foi ministro no governo de transição e, depois, entre 75 e 78. Neste período, sofreu alguma pressão do governo português no sentido de cumprir as suas orientações?

Nunca senti nenhuma pressão do governo português. Aliás, Portugal tirou-me a nacionalidade por ter ficado no primeiro Governo de Angola independente e só me deu três anos depois. Para ir em busca da minha filha (foi lá onde a minha mulher deu à luz) tive de ir com passaporte da Guiné Bissau. Não poderia entrar com o angolano porque Portugal não tinha reconhecido Angola. Nunca senti nenhuma pressão da parte de Portugal para fazer isso ou aquilo. Senti, sim, no Governo de transição, mas aqui com a estrutura da direcção, o alto-comissário e a sua equipa. Estes, sim, fizeram pressão sobre mim, sobretudo para eu não ser como era.

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Mercados & Finanças

SÓ DE JANEIRO A AGOSTO

ENSA com 300 casos de sinistro ‘entalados’ a três meses do fim do ano

SEGUROS. Director do departamento de sinistro do maior ‘player’ do sector segurador nacional admite haver 300 casos de acidentes automóveis “pendentes”. Seguradora queixa-se de perdas no balanço com a resolução de sinistros e já fala na “profissionalização” de técnicos para poupar custos.

Por Nelson Rodrigues

A Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA) recebeu, de Janeiro a 31 de Agosto, cerca de quatro mil casos de sinistros, 300 dos quais aguardam por resolução, revelou ao VALOR o seu director para a área de sinistros, Francisco Santos.

De acordo com os números da ENSA, até ao final do ano, a entidade seguradora prevê receber até sete mil casos de acidentes, no segmento ‘seguro de responsabilidade civil automóvel’.

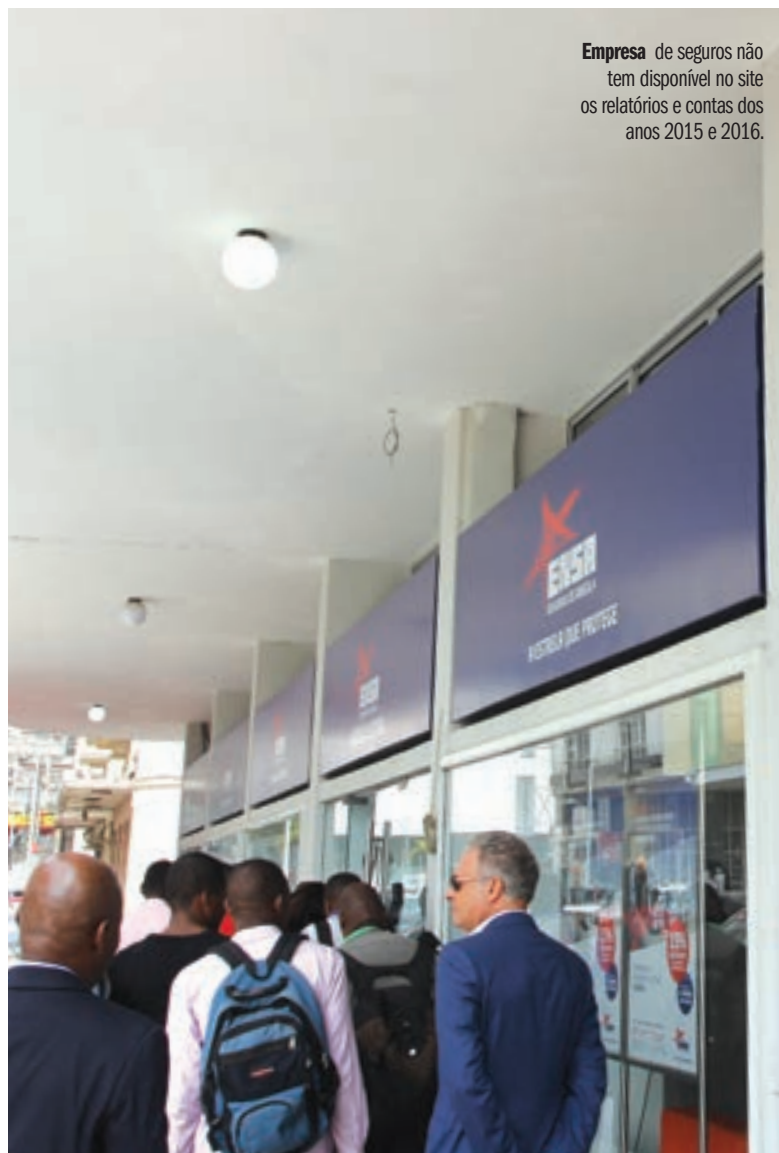
“Temos uma média de 200 a 300 processos [de sinistros] pendentes. Ou seja, em regularização. Significa que, dos três ou quatro mil casos abertos, estão fechados cerca de três mil e tal, ou a sua maioria”, contabiliza o gestor.

Questionado sobre o quanto custa, para ENSA, resolver os sinistros reportados, o responsá-

vel não precisou números, sublinhando apenas que os “custos variam” em função da natureza dos produtos. Isso varia. “Cada sinistro tem o seu valor. Considerarmos aquilo que arrecadámos e o que realmente indemnizamos, estamos com um índice de sinistralidade à volta dos 26% a 30%”, argumentou Francisco Santos, para quem é necessária a profissionalização dos técnicos da área dos sinistros.

Francisco Santos assegurou também que, apesar do actual contexto económico, a operação se mantém, sem impacto da crise económica e financeira, já que, no mundo dos seguros, a ‘variável’ de trabalho se cinge à ideia de que “o cliente paga primeiro, só depois é assistido”.

“O ciclo económico dos seguros assenta no facto de que o segurado paga primeiro e depois é assistido. De modo que, aquilo que já está pago, está garantido. O segurado tem conforto, não contrabalança em nada”, defendeu o quadro sénior da equipa liderada por Manuel Gonçalves.



4

Mil é o número de casos de acidentes automóveis recebidos pela ENSA, nos primeiros oito meses do ano.

IMPACTO NOS LUCROS

Se os contratos de seguros são os que mais contribuem para a facturação e para os lucros das operadoras do sector, o mesmo não

sucede na hora da regularização de um sinistro. De acordo com Francisco Santos, o sinistro é dos segmentos que contribui para as “perdas” da instituição, no balanço da entidade.

“É necessário que, cada vez mais, profissionalizemos melhor os técnicos no sentido de poder cuidar melhor os processos e reduzir os custos da empresa. Quanto mais capacitação tivermos, quanto mais tecnicamente a gente for capaz de interpretar e de ver as causas que deram origem ao sinistro e aquelas que podem concorrer para uma fraude e a pudermos evitar, reduzimos os custos para a empresa e

assim a empresa tem outra solvência”, explicou o responsável, apontando para a fraude nos seguros e na capacitação dos técnicos.

REPARAÇÃO EM 20 DIAS

Ao avaliar o tempo de respostas dos sinistros reportados à ENSA, Francisco Santos diz que “já não tem havido muitas queixas, quanto à resolução dos casos, sublinhando que a empresa leva apenas 20 dias para resolver os casos reportados, menos 10 que o tempo normal previsto por lei”.

O responsável justificou o atraso na solução dos acidentes com as várias etapas por que passam os sinistros. “As apólices dizem que o segurado ou reclamante tem até oito dias para participar o sinistro. Há vezes em que não participa em oito dias. Felizmente, nos últimos tempos, já não tem havido muitas queixas”, conta.

CONTAS NÃO DISPONÍVEIS

No site da entidade, não estão disponíveis quanto de lucro ou prejuízo a ENSA inscreveu no balanço dos últimos dois anos, precisamente em 2015 e 2016, nem mesmo a participação dos sinistros. Os últimos dados disponíveis no site são do exercício de 2014, que reportam um lucro de 1,4 mil milhões de kwanzas.

Uma nota da entidade que resume o balanço de 2016 distribuída à imprensa revela que, até 31 de Dezembro, a contabilidade da maior seguradora registou um crescimento de 44% para 1.013 milhões de kwanzas, face às margens do período anterior, calculadas em 705 milhões.

No relatório, não vem expressa a contribuição com os sinistros, mas destaca-se a evolução do aumento de 11% no valor de prémios emitidos em 2016, atingido um valor total de 47,6 mil milhões de kwanzas, justificado pela entidade com os produtos de Saúde, Acidentes de Trabalho, Petroquímica e Responsabilidade Civil.



O MONTANTE DAS TRANSACÇÕES efectuadas nas caixas de pagamento automáticas cresceram, em Agosto, cerca de 16,1% para 21,4 mil milhões de kwanzas, face a igual período homólogo.



O BARRIL DO BRENT para entrega em Novembro abriu, sexta-feira, a vender em alta no mercado de Londres, cotado a 57,50 dólares, uma variação de 0,15% em relação ao fecho do dia anterior.

COM A ASSEMBLEIA-GERAL AGUARDADA PARA OUTUBRO

Ajustes à vista na administração do SBA

BANCA. Entidade deve anunciar, nas próximas semanas, mexidas na equipa da gestão, decisão que deve sair de uma assembleia-geral de accionistas aguardada para finais de Outubro. Ajustes devem resultar da integração de um novo accionista do banco, o grupo Inpal.

Por Nelson Rodrigues

Uma reunião da assembleia-geral de accionistas do Standard Bank Angola (SBA), aguardada para finais de Outubro, antecipa reajustes na estrutura da administração do banco, a julgar pela mais do que provável formalização da entrada do novo accionista, o grupo Inpal.

A agenda do banco, de dois pontos, a que o VALOR teve acesso, increve a apresentação, na assembleia, de novas estratégias de actuação, a pedido dos accionistas, mas não menciona qualquer discussão sobre a entrada do novo investidor.

O VALOR sabe, entretanto, e como já noticiou em várias edições passadas, da entrada do grupo empresarial angolano Inpal, que absorveu 49% da participação então detida pela seguradora AAA, num negócio acompanhado e confirmado pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Em entrevista exclusiva a este jornal em Maio passado, o actual CEO do SBA, António Coutinho, negou, entretanto, que o negócio com o novo accionista estivesse fechado, confirmando a manutenção das AAA, liderada por Carlos São Vicente, na estrutura accionista do banco.

“Não está nada fechado. Conti-

nuamos com os nossos dois accionistas, que é o Standard Bank e o grupo AAA. O grupo AAA continua a fazer parte. Ainda não teve uma assembleia-geral, onde se mudasse de accionistas”, reagiu Coutinho, numa clara alusão à ausência do novo investidor no capital do banco.

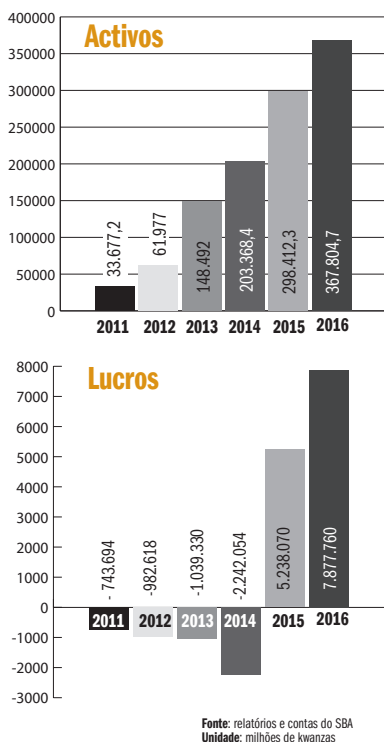
As declarações do CEO foram, no entanto, contrariadas, na altura, por fonte da seguradora que indicou que as AAA já tinham alienado a sua participação a favor da Inpal e

que desconheciam o estágio em que se encontrava o processo.

Mas é também pelas declarações de António Coutinho, em Maio, que se espera agora pela entrada formal do grupo Inpal, uma vez que a não realização da assembleia-geral era apontada como a única razão que condicionava a formalização do novo accionista.

Ao que o VALOR apurou, na altura, a saída de São Vicente, conjugada com a ausência de rostos da Inpal no banco, levou a que, nos últimos dois anos, a gestão do SBA ficasse sob controlo exclusivo da parte sul-africana.

Negócio do Standard Bank sem os angolanos da Inpal



BNA DOMINA PROCESSO...

Também, em Maio, fonte do banco central conhecedora do processo avançou que a finalização do negócio que deve colocar os angolanos do grupo Inpal Participações no capital do banco estava “dependente de um conjunto de documentos” que o BNA terá solicitado ao SBA e que, até à altura, não tinham sido entregues, apesar de a instituição liderada por Valter Filipe ter notificado o banco, por volta de Agosto de 2016. Conforme escreveu o jornal, o despacho do BNA que aprova o novo investidor terá sido exarado ainda no segundo trimestre de 2016 e, poucos meses depois, o regulador terá notificado o banco a remeter os documentos que condicionavam o registo dos 49% das acções a favor da Inpal, entre os quais a acta de assembleia-geral de accionistas do SBA, a mesma que deve acontecer no próximo Outubro.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Empresas & Negócios

NO QUADRO DA REESTRUTURAÇÃO EM CURSO NA EMPRESA

Ex-PCE do BFA confirmado na gestão da Sonangol Holdings

PETRÓLEO. Além de Emídio Pinheiro, foram ainda integrados, no conselho de administração da Sonangol, Ivan Sá de Almeida, para exercer funções nas áreas relativas à produção e exploração, e Susana Almeida Brandão, para coordenar a área jurídica.

Por António Nogueira

O ex-presidente da comissão executiva do Banco de Fomento de Angola (BFA) e ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos (CGD), Emídio Pinheiro, vai mesmo assumir a gestão da Sonangol Holdings e Indústria, como administrador, conforme noticiou, na passada quarta-feira, o VE online, citando fontes conhecedoras do processo.

A informação foi então confirmada pela petrolífera nacional, Sonangol, via comunicado de imprensa, na quinta-feira última, justificando a medida pelo facto de o processo de reestruturação em curso na empresa, que já leva 17 meses, ter entrado numa espécie de maturação, requerendo, por isso, “uma maior especialização dos elementos do seu conselho de administração”.

“As áreas críticas para o sucesso do processo de transformação da Sonangol estão claramente identificadas e serão atribuídas a administradores totalmente focados e com um profundo conhecimento dos respectivos dossiês”, lê-se no comunicado.

O alargamento da equipa de ges-

tão, e a especialização da mesma, vai permitir um maior envolvimento diário nas operações e uma intervenção mais célere perante os desafios que se apresentam”, refere ainda.

Com este novo quadro, o economista luso-angolano Emídio Pinheiro, que, até Novembro passado, integrou o conselho de administração da CGD, liderado por António Domingos, passa agora a assumir funções nas áreas que não são o negócio principal da Sonangol, nomeadamente a gestão da Sonangol Holdings e Indústria, conforme detalha a nota da petrolífera estatal.

Além de Emídio Pinheiro, foram ainda integrados, no conselho de administração da Sonangol, Ivan Sá de Almeida, para exercer funções nas áreas relativas à produção e exploração, e Susana Almeida Brandão, para coordenar a área jurídica, conforme atesta ainda o comunicado da petrolífera nacional.

“O contexto económico em que operamos é complexo e exigente, pelo que precisamos de reforçar a nossa capacidade de adaptação, a agilidade e a proactividade, através de uma maior divisão de pelouros e, assim, de uma maior capacidade de actuação”, justifica a Sonangol. A petrolífera explica ainda que os restantes administradores que se mantêm em funções “verão os seus pelouros mantidos ou reajustados em obediência aos princípios de eficiência e racionalidade”.



Emídio Pinheiro

13

Mil milhões de kwanzas é o valor dos resultados líquidos obtidos pela Sonangol em 2016.

O INÍCIO DA REESTRUTURAÇÃO

Quando assumiu a liderança do grupo Sonangol, em Junho de 2016, Isabel dos Santos afirmou, em declarações ao Financial Times, que o processo de reestruturação então em curso na petrolífera nacional iria dividir a empresa em três unidades específicas, nomeadamente a de exploração e produção, logística e uma divisão para as concessões a empresas internacionais.

Todas as participações não-petro-

líferas, que integram mais de 90 companhias incluindo um clube de futebol, seriam colocadas num fundo de investimento, sendo que algumas seriam vendidas, como anunciou, na altura, a PCA da Sonangol, com a justificação de que se havia perdido “o foco do negócio ‘core’”, pelo que “provavelmente não estávamos a controlar os nossos activos [petrolíferos], como deveríamos, e, pior do que isso, faltou visão estratégica”.

No final de 2016, Isabel dos Santos informou, durante uma conferência de imprensa, que a empresa obteve, naquele exercício, resultados líquidos cifrados em 13 mil milhões de kwanzas, alguns meses depois de se ter dado início a um processo de transformação, no qual foram implementadas acções que permitiram conhecer a realidade da empresa a vários níveis, nomeadamente financeiro, patrimonial, negócio, processual, jurídico, humano, económico e social.

No domínio financeiro, a empresa

efectuou, entre outras actividades, auditorias a diversas áreas de negócio bem como às empresas subsidiárias, ao passo que, na área jurídica, realizou levantamento e inventariação dos activos e património, enquadramento legal das actividades da empresa e iniciou o processo de compliance.

Na vertente da estratégia, segundo a PCA do grupo, traçou-se um plano de transformação que passa por assegurar a estabilidade e continuidade da empresa, cujas bases serão lançadas em 2018, para reflectir o crescimento e investimentos necessários à companhia.

Segundo Isabel dos Santos, com esse plano, a empresa conseguiu o potencial aumento de receitas com o programa Sonaplus, que obteve 183 mil milhões de kwanzas (1,1 mil milhões de dólares), estando já capturados 43 mil milhões de kwanzas (260 milhões de dólares).

O programa Sonaplus consubstanciou-se nos aumentos dos volumes vendidos de betumes, optimização dos produtos da Refinaria de Luanda, revisão nos preços dos lubrificantes e na SonAir, e adopção de programas de garantia de receita na Clínica Girassol.

No período em referência, segundo ainda a gestora, foi implementado também o programa Sonalight, que prevê uma redução de custos até 200 mil milhões de kwanzas (1,2 mil milhões de dólares), sendo que 113 mil milhões de kwanzas (680 milhões de dólares) estão já aprovados.

Em 2016, a Sonangol conseguiu alcançar uma poupança efectiva de 53 mil milhões de kwanzas (320 milhões de dólares), com incidência, sobretudo no segundo semestre, detalhou ainda Isabel dos Santos.

A administração da Sonangol era liderada desde 2012, e até à nomeação de Isabel dos Santos, por Francisco de Lemos José Maria, que, por sua vez sucedeu a Manuel Vicente, eleito então vice-presidente da República.

O CAMINHO-DE-FERRO de Moçamedes, com mais de 900 quilómetros de linha, do Namibe ao Kuando Kubango, passando pela Huíla, comemorou, na passada quinta-feira, 112 anos de existência.



O GRUPO da petrolífera estatal Sonangol vai vender a participação de 51% que detém, através da SONIP, na empresa de imobiliário Kora Angola, indica um despacho presidencial de 11 de Setembro.



É A PRIMEIRA DO PAÍS

Fábrica de alumínio arranca com dois anos de atraso

INDÚSTRIA. Falta de divisas esteve na base do atraso no arranque da unidade. E continua a ser principal receio no mercado.

A importação poderá deixar de ser o único meio de aquisição de perfis de alumínio, com o início de produção da fábrica Extrulider, que arranca com dois anos de atrasos, devido à crise de divisas.

Como resultado do arranque atrasado, a unidade está, simultaneamente, em fase de afinações do equipamento, formação dos técnicos e de produção comercial, segundo David Pires, director-geral da empresa.

“Em 2017, as coisas progredi-

ram um pouco, mas ainda sentimos muita dificuldade. É mais um desafio e esperamos conseguir o nosso principal objectivo, que é a produção de perfis de alumínio no país”, declarou, insistindo que a falta de divisas é dos principais receios do mercado, assim como a burocracia.

Para o arranque da unidade, a Extrulider importou 500 toneladas de lingote de alumínio, a principal matéria-prima da unidade, com stock actual que assegura uma produção de três meses. “Temos de jogar com esta segurança porque a importação é morosa e as transferências, complicadas”, justificou.

Os constrangimentos iniciais

500

Toneladas por mês, produção que a empresa prevê atingir

motivaram, entretanto, a empresa a reajustar as metas de produção, perspectivando agora atingir rapidamente 500 toneladas por mês, a capacidade máxima de produção. Actualmente, a produção não vai além de um terço da capacidade

instalada. “Temos uma prensa com capacidade para produzir uma tonelada por hora, o que permite a um turno sensivelmente 180 toneladas por mês. Mas o nosso objectivo é passar dentro de um mês, a um segundo turno e depois ao terceiro, para assegurar as 500 toneladas mês, garantindo a sustentabilidade e a recuperação do investimento.”

A estrutura física da unidade está, entretanto, preparada para receber uma segunda linha de produção, o que duplicaria a actual capacidade instalada.

“Sabemos que a economia não está nos seus melhores dias. Estamos com alguma esperança para

que o início do próximo ano traga alguma pujança, daí haver uma segunda nave para instalar outro equipamento de produção. Esperamos lá chegar, estamos dependentes do que será a procura de alumínio no mercado angolano”, indicou David Pires, apontando a exportação para os “apetecíveis” vizinhos Congos como outra meta.

A unidade, segundo o gestor, está apta para produzir todo o tipo de perfis, não se resumindo à caixilharia, e conta também com uma linha de lacagem de perfis, além de prever uma unidade de refusão ou reciclagem do alumínio que está em fase de acabamento.

David Pires,
director da fábrica



Manuel Tomás © VE

INVESTIU 30% DO ORÇAMENTO EM CAMPANHA DE REPOSICIONAMENTO

Nocal factura mensalmente 15 milhões de dólares



A média de facturação mensal da Nocal, detida pelo Grupo Cuca, atinge o equivalente em moeda nacional a 15 milhões de dólares mensais.

Em nota enviada ao VE, a propósito de uma nova campanha de comunicação para “reposicionamento da marca”, a cervejeira indica que possui uma capacidade de produção de 10 milhões de litros por mês, os quais são

embalados em várias unidades fabris localizadas em Luanda, Dondo, Kwanza-Norte, Catumbela e Benguela.

O grupo de capitais franceses considera que, caso mantenha a tendência mensal, irá atingir 180 milhões de dólares até ao final do ano, superando o resultado financeiro de 2016.

Com a nova campanha de marketing, o grupo procura captar novos consumidores, desejo que se justifica pelo facto de a cervejeira, que existe há 59 anos, precisar de ajustar-se “à nova realidade do mercado

MEMORIZE

- Angola possui 40 empresas de bebidas, entre as quais de cerveja, água e refrigerantes, cuja produção reunida atinge três mil milhões de litros anuais.

e às exigências dos consumidores”. Para tal, a cervejeira ajustou também a sua logomarca.

O Grupo Castel detém 50% de quota do mercado das bebidas locais, fruto da produção das

suas oito unidades fabris, quatro das quais em Luanda e as demais em Benguela, Kwanza-Norte, Huambo e Cabinda. O grupo detém também a produtora de vidros Vidrul, que exporta o remanescente para Portugal e países vizinhos, sobretudo os Congos.

Angola possui 40 empresas de bebidas, entre cerveja, água e refrigerantes, cuja produção reunida atinge três mil milhões de litros anuais. Estima-se que o sector cresce a uma média de 4% ano por ano, sendo responsável por mais de 12 mil empregos directos.

(In)formalizando

O FUTURO DO CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA

Negócio resiste à ‘modernidade’, mas com baixa facturação

PERSISTÊNCIA. Curso teve momentos áureos no início da década de 2000, em que a formação, na óptica do utilizador, durava 12 meses e chegava a custar até 500 dólares. Formação é feita, actualmente, em menos de três meses, custando menos de 10 mil kwanzas.

Por António Miguel

Centros de formação profissional, em Luanda, registam baixa facturação com o curso básico de informática, embora a procura pela formação continue considerável, constatou o VALOR, em conversa com promotores do negócio.

Diferentes factores foram apontados como causas da ‘desaceleração’ dos resultados, com os promotores a divergirem, entretanto, em relação ao futuro do negócio. Houve, por exemplo, quem defendesse que a ‘informática na óptica do utilizador’ corre o risco de desaparecer, pelo facto de, cada vez mais cedo, as pessoas, inclusivamente crianças em idade escolar, terem contacto com telefones que incorporam funções dos computadores.

“Este curso vai mesmo desaparecer. Desde 2012, ano em que foi criado o nosso centro, nunca tivemos um período de formação com mais de 20 formandos do curso básico de informática. O nosso record foi de 17 estudantes em 2013. Actualmente, temos apenas seis formandos”, contabiliza o coordenador de cursos do Centro de Formação Profissional ‘Maurício’, localizado na Gamek Vila, Martins Camões. “Há formandos que, quando chegam aqui, dizem que já sabem manusear o computador e que precisam apenas de um certificado para ter acesso a um emprego”, continua, justificando a quebra do negócio.

Camões não deixou, entretanto, de incluir, entre as razões do momento

de baixa dos cursos de informática, a conjuntura de crise financeira dos últimos três anos. “Cobramos seis mil kwanzas pelo curso e os candidatos à formação, que são geralmente jovens abaixo dos 25 anos, dizem que está caro”, assinala.

Quem também defende que o negócio da formação básica de informática tem os dias contados é o director-geral do Instituto Nacional de Fomento da sociedade da Informação (Infosi), Manuel Homem, que verifica “uma tendência de descontinuação”, face à adopção da tecnologia cada vez mais cedo. “O nosso dia-a-dia tornou-se muito assente na utilização de equipamentos informáticos e isto propicia uma literacia digital cada vez mais cedo. As razões pelas quais os cursos duram cada vez menos tempo decorrem do modelo de adopção a que estamos a

12

Meses, era o tempo que durava um curso básico de informática, hoje em um mês faz-se o curso.

assistir e este modelo de formação, sobretudo para as questões básicas das novas tecnologias, tendem a acabar”, argumenta o director do Infosi.

Mas as visões não são unânimes. O coordenador do Centro de Formação Profissional ‘Criarte’, Soares dos Santos, discorda de Martins Maurício e de Manuel Homem e vê

com “bons olhos” o futuro do negócio. “Pelo menos, no nosso centro, a procura continua em alta, principalmente por mulheres”, argumenta.

Localizado na Rua Direita da Samba, o centro Criarte existe há 11 anos e tem actualmente um universo de 67 formandos só no curso básico de informática, divididos em dois turnos. Soares dos Santos garante que, entre várias formações que leccionam, a informática é a mais solicitada. No entanto, reconhece que os níveis de facturação já não são como em tempos idos. “A facturação já não é alta como no passado, por conta também dos impostos, que são muito altos. Então, para não ter problemas com o Estado, já não pensamos muito em lucros, apenas em manter a funcionar o centro”, declara.

O director do Centro de Formação Profissional Garden English Center, Comba Kingombo, comunga da opinião de Soares dos Santos, segundo a qual o negócio “tem futuro”, associando a quebra de clientes à crise financeira e não aos avanços tecnológicos ou ao acesso a computadores cada vez mais cedo.

Nesse centro, o curso custa 13.200

kwanzas com uma duração de dois meses. E, segundo Kingombo, há 10 turmas diárias, com uma média de sete alunos em cada uma. “Novembro e Dezembro são os meses de maior procura, devido às férias no ensino geral. Nesta época, vêm alunos com idades compreendidas entre os 14 e os 50 anos”, explica o director do centro, situado na Rua 21 de Janeiro.

Se, quanto ao futuro do negócio, os promotores divergem, o mesmo não se pode dizer em relação ao encurtamento da carga horária e à redução do custo do curso. No início da década de 2000, a formação básica demorava 12 meses e chegava a custar até 500 dólares (em métodos intensivos). Alguns anos depois, a duração passou para nove, oito e seis meses, custando abaixo de 200 dólares.

Actualmente, o curso básico de informática, em geral, demora menos de três meses e custa abaixo de cem dólares. E há várias organizações não-governamentais a promoverem campanhas de formação grátis deste curso em um mês. Nas próximas décadas, definir-se-á, seguramente, o futuro deste negócio ligado aos computadores.



2000, a formação básica demorava 12 meses e chegava a custar até 500 dólares

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

DE JURE

MAIS DE 50% ENTRAM PELA PRIMEIRA VEZ

Parlamento arranca com mais de 100 deputados ‘novatos’



Observa-se a saída de 22 deputadas dos diferentes Grupos Parlamentares.

Mário Mujetes © VE

MEMORIZE

- **Em matéria** de discussão para a aprovação de novos diplomas, consta que a questão relativa ao Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018 deverá ser um dos primeiros temas a serem discutidos, prevendo-se que a sua aprovação final ocorra em Fevereiro do próximo ano.

220

Total de deputados que tomam assento no Parlamento.

IV LEGISLATURA. Abertura solene da IV legislatura da Assembleia Nacional arranca no próximo dia 15, com mais de 54,5% do total dos deputados a estrearem-se na ‘Casa das Leis’ e com a redução da representação feminina.

Por António Nogueira

Dos 220 deputados empossados, na passada quinta-feira, 120 entram pela primeira vez na ‘Casa das Leis’, destacando-se nomes como o do economista Vicente Pinto de Andrade, do MPLA, ou ainda Adriano Sapiñala, o rosto pela defesa da UNITA no Parlamento em matéria de assuntos jurídicos e constitucionais.

A bancada parlamentar da CASA-CE conta igualmente com novos rostos, nesta legislatura que termina em 2022. Um dos nomes que

vale ressaltar é da deputada Ceziñanda Xavier, bacharel em Teologia que, em declarações à imprensa, defendeu o aumento de números de mulheres parlamentares por parte dos partidos políticos na oposição.

Curiosamente, este cenário, de redução de mulheres parlamentares, é também notável nesta IV legislatura da Assembleia Nacional que conta apenas com um total de 60 deputadas, representando quatro partidos e uma coligação, contra 82 do período anterior.

Com estes números observa-se a saída de 22 deputadas dos diferentes Grupos Parlamentares. O partido MPLA, dos 150 deputados eleitos nas eleições de 23 de Agosto último, tem 50 deputadas,

enquanto a UNITA possui oito, nos seus 51, e a CASA-CE duas, dos 16 lugares conquistados.

Apesar da redução do número de mulheres no Parlamento, a deputada do MPLA, Filomena Delgado, em declarações à imprensa, à margem da tomada de posse dos deputados eleitos, referiu que Angola tem vindo a marcar “avanços significativos” na presença desta camada da sociedade nos sectores político, socioeconómico, desportivo e não só.

REFORÇO DA DEMOCRACIA

Por sua vez, o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, reconduzido no cargo na passada quinta-feira, apon- tou, com o principal desafio da actual

legislatura, o reforço da democracia e da unidade em benefício do povo.

O líder parlamentar garante que a Assembleia Nacional deverá continuar a privilegiar e a promover o diálogo com todas as forças sociais e estimular a participação da sociedade civil, colocando o cidadão no epicentro dos debates.

O presidente da Assembleia Nacional realçou o facto de a presente legislatura estar a ser marcada por um maior equilíbrio entre as forças políticas, o que, para si, propiciará fortes debates sobre os temas mais candentes do país.

Fernando da Piedade Dias dos Santos declarou que a situação política, económica e social do país exige a formulação de ideias que ajudem o país a superar a crise para voltar a colocar o país no trilho do desenvolvimento económico e financeiro para melhorar as condições de vida dos cidadãos, consolidar a democracia e preservar a paz.

Considerou, por outro lado, indispensável a elevação do nível do debate e manifestou a dispo-

nilidade da Assembleia Nacional para continuar a trabalhar com o Executivo e o poder Judicial numa cooperação institucional estreita e profícua, tendo valorizado também o reforço da cooperação com os parlamentos de outros países, com as organizações inter-parlamentares e outros fóruns internacionais de que é membro de pleno direito.

O líder parlamentar realçou ainda que continua actual o compromisso com a modernização parlamentar, destacando a reforma da lei orgânica da Assembleia Nacional.

NOVOS DIPLOMAS

Em matéria de discussão para a aprovação de novos diplomas, consta que a questão relativa ao Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018 deverá ser um dos primeiros temas a serem discutidos, prevendo-se que a sua aprovação final ocorra em Fevereiro do próximo ano.

Entretanto, outros temas não menos candentes como o código Penal, sobretudo a questão relativa à criminalização do aborto, e a Lei das Autarquias deverão merecer igualmente destaque na presente legislatura.

O líder da UNITA, Isaías Samakuva, disse, em declarações à imprensa, que o seu partido vai adoptar uma postura de maior impacto para dignificar a Assembleia Nacional e “trabalhar para uma verdadeira separação de poderes e despartidarização das instituições do Estado”.

Já Lindo Bernardo Tito, da CASA-CE, promete que a coligação vai, na presente legislatura, apresentar muitas iniciativas legislativas que vão permitir que o país possa ganhar do ponto de vista político e social, bem como encetar um combate às desigualdades sociais.

O líder do PRS, Benedito Daniel, considera crucial a transmissão televisiva dos debates no parlamento, bem como a implantação das autarquias no país e combate à corrupção.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.



Gestão



RANKING DA INTERBRAND

Apple e Google voltam a dominar marcas mais valiosas do mundo

AVALIAÇÃO. Cinco marcas que mais cresceram, comparativamente à edição passada, são nomeadamente o Facebook, a Amazon, a Adobe, a Adidas (17%) e a Starbucks (16%).

Pelo quinto ano consecutivo, a Apple e o Google lideram a lista do ranking das 100 marcas mais valiosas do mundo, elaborado pela consultora Interbrand. Em comparação ao último ranking, a Apple cresceu 3%, ostentando um valor de marca estimado em 184,154 mil milhões de dólares. Já o Google cresceu 6%, tendo actualmente

um valor de marca de 141,703 mil milhões de dólares.

Em terceiro lugar, aparece a Microsoft, figurando como uma das 16 marcas do ranking que tiveram crescimento de dois dígitos no ano. A Coca-Cola e a Amazon fecham o grupo das cinco marcas mais valiosas da 18ª edição do Best Global Brands. Em conjunto, as 100 marcas mais valiosas do mundo valem cerca de 1,871 biliões de dólares, o que representa um aumento de

4,2% em relação ao ranking de 2016.

As novidades do ranking deste ano são Ferrari, Netflix e Salesforce que passam a integrar a lista, ocupando, respectivamente, o 88.º, 78.º e 84.º lugares. As cinco marcas que mais cresceram são Facebook (48%), Amazon (29%), Adobe (19%), Adidas (17%) e Starbucks (16%).

Entretanto, as marcas de tecnologia e de automóveis dominam o ranking deste ano, com 31 posições, representadas por marcas como Toyota, Mercedes-Benz e Samsung.

O sector retalhista é o que mais cresceu em termos percentuais (19%), seguido de artigos desportivos (10%), tecnologia (8%), logística (7%) e serviços financeiros (6%). A metodologia do ranking inclui análise de indicadores como performance financeira dos produtos e serviços, papel da marca

Os dez primeiros lugares entre as 100 mais valiosas		
Marca	Valor	Varição
1. Apple	184,154 mil milhões USD	+3%
2. Google	141,703 mil milhões USD	+6%
3. Microsoft	79,999 mil milhões USD	+10%
4. Coca-Cola	69,733 mil milhões USD	-5%
5. Amazon	64,796 mil milhões USD	+29%
6. Samsung	56,249 mil milhões USD	+9%
7. Toyota	50,291 mil milhões USD	-6%
8. Facebook	48,188 mil milhões USD	+48%
9. Mercedes-Benz	47,829 mil milhões USD	+10%
10. IBM	46,829 mil milhões USD	-11%

na decisão do consumidor e a força da marca para garantir um preço premium ou ganhos futuros para a empresa. “Estamos a viver um período emocionante de mudanças sociais, tecnológicas e industriais que impactam

todo o aspecto do comércio e da vida. Nesse contexto, o crescimento torna-se mais desafiador e os negócios precisam das marcas mais do que nunca”, afirmou Jez Frampton, CEO global da Interbrand, em comunicado.

Combater o crescimento não inclusivo



Michael Spence

Pesquisas rigorosas sobre as causas e consequências da distribuição desigual do crescimento, são necessárias para identificar soluções.

Porém, a melhor análise pouco significa na ausência de consenso prático e envolvimento político.

Há vários anos, tive o privilégio de presidir a uma comissão sobre crescimento nos países em desenvolvimento. Os seus membros detinham considerável experiência em questões económicas, políticas e de políticas sociais no mundo em desenvolvimento, e apesar das suas diferenças, todos concordaram em certos pontos cruciais. Dois ainda se destacam na minha memória.

Primeiro, como concluímos no nosso relatório final, os padrões de crescimento não inclusivos acabam sempre por falhar. Tais padrões não podem produzir o alto crescimento sustentado que é necessário para reduzir a pobreza e cumprir as aspirações humanas básicas no que toca à saúde, segurança e à oportunidade de contribuir de forma produtiva e criativa para a sociedade. Subaproveitam e utilizam mal os valiosos recursos humanos; e, muitas vezes, dão origem a turbulências políticas ou sociais, muitas vezes, marcadas por uma polarização ideológica ou étnica, que conduzem a amplas mudanças políticas ou à paralisia política.

A nossa segunda conclusão geral foi que o crescimento sustentado exige uma estratégia coerente e adaptável, baseada em valores e objectivos com-



partilhados, confiança e algum grau de consenso. Claro que, conseguir isto é mais fácil dizer do que fazer.

Muitos países em desenvolvimento experimentaram períodos prolongados de crescimento lento ou sem crescimento. Nalguns casos, os líderes políticos andam simplesmente confusos e não compreendem o que é necessário ser feito. Na maioria dos casos, no entanto, os ingredientes de um 'modelo de crescimento' efectivo são bem conhecidos e o problema é a falta de consenso político ou social sobre como implementá-lo.

Alcançar um maior equilíbrio de crescimento raramente é uma transição gradual ou incremental. Exige um salto descontínuo nas expectativas e políticas, e uma mudança fundamental no consenso político e social. Quando estas mudanças ocorrem, a liderança desempenha um papel crucial, fornecendo aos cidadãos uma visão alternativa, baseada em valores comuns, que todas as partes interessadas podem sustentar. Esta liderança pode vir de cima, de baixo, ou de um grupo representativo. Mas, como mostra a persistência dos equilíbrios de

baixo crescimento em muitos países, muitas vezes, não aparece de todo.

Os efeitos indirectos do crescimento não inclusivo já são evidentes em quase todos os lugares, em graus variados, sob a forma de polarização social, bloqueio político e incoerência, e uma perda generalizada da confiança pública. A este respeito, a experiência dos países em desenvolvimento tem lições potencialmente importantes para os decisores políticos e as diversas partes interessadas nas economias mais avançadas.

Houve algum progresso na identificação dos factores que levaram a inclusão económica a diminuir nas últimas três décadas. E isto é importante: somente através da compreensão da natureza do desafio podemos desenvolver respostas mais efectivas. Se diagnosticarmos mal o problema com uma análise falhada ou apressada, a nossa resposta será ineficaz e, provavelmente, até mesmo contraproducente.

Dito isto, as análises realizadas até agora ainda não geraram uma consciência generalizada da ameaça que o crescimento não inclusivo representa

para a produtividade e o desempenho económico conforme medido convencionalmente. Os efeitos económicos adversos do crescimento não inclusivo crescem e multiplicam-se lentamente ao longo do tempo e assim continuará na ausência de uma acção colectiva - geralmente, mas não necessariamente manifestada através do governo - para mudar os padrões de distribuição prevalentes.

Alguns não concordariam com esta asserção, pois acreditam que os factores que estão por trás do desempenho económico e do dinamismo são independentes dos padrões distributivos. Contudo, gostaria de lembrá-los da segunda lição da experiência dos países em desenvolvimento: os padrões de crescimento não inclusivos prejudicam a confiança e, eventualmente, a governação, reduzindo a capacidade dos formuladores de políticas para sustentar políticas e estratégias que suportem um alto crescimento.

Falando sem rodeios, a análise perspicaz tem a sua utilidade, mas a mudança não acontecerá sem uma ampla convergência social e política em torno de valores e objectivos partilhados - algo que hoje anda desaparecido em muitos países. As pessoas precisam de confiança entre si e nos seus líderes, e precisam concordar sobre como avaliar e responder às tendências económicas e sociais de polarização.

Ao mesmo tempo, a inacção contínua a alimentar a alienação, criando um círculo vicioso de desconfiança e paralisia que terá que ser quebrado antes que uma acção efectiva possa ocorrer. Já existem muitas iniciativas importantes dedicadas a várias dimensões do desafio de inclusão, que incluem não apenas a desigualdade de rendimento e riqueza, mas também a automação, a inteligência artificial e o futuro do trabalho. Apesar das boas intenções, falta ainda saber se qualquer uma destas iniciativas abrirá o caminho para respostas políticas eficazes.

O valor das análises perspicazes de

tais problemas complexos não deve ser desconsiderado. Mas, não podemos assumir que obter o direito ao diagnóstico será suficiente para superar o bloqueio político. O outro ingrediente chave é o envolvimento directo. Restaurar a confiança pública exigirá um compromisso profundo e sustentado, e um novo consenso suficientemente amplo para superar as divisões políticas e sociais que estão actualmente na ordem do dia em todas as economias avançadas.

Nesta perspectiva, a proliferação de comissões e outras iniciativas estruturadas em torno da inclusão, que podem parecer excessivas e redundantes em circunstâncias menos polarizadas, são realmente muito encorajadoras. Convocar várias vozes do mundo dos negócios, da indústria, do trabalho, do governo, da academia e da sociedade civil - e fazê-lo com a maior frequência possível - é exactamente o que é necessário fazer agora.

O aspecto do envolvimento na missão de crescimento inclusivo pode parecer um pouco nebuloso, especialmente comparado com uma análise concreta. No entanto, é crucial. Reunir pessoas que discordem ou que desconfiam-se mutuamente é o primeiro passo para a construção de uma base para a acção colectiva no futuro.

Michael Spence, Prémio Nobel de Economia, é Professor de Economia na Escola de Negócios Stern da Universidade de Nova Iorque, Ilustre Visiting Fellow no Conselho de Relações Exteriores, Senior Fellow da Instituição de Hoover na Universidade de Stanford, Co-Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Global da Ásia em Hong Kong e presidente do Conselho da Agenda Global do Fórum Económico Mundial sobre Novos Modelos de Crescimento. Foi presidente da Comissão Independente de Crescimento e Desenvolvimento e é autor de A Próxima Convergência - O Futuro do Crescimento Económico num Mundo a várias Velocidades.

Internacional

SEGUNDO ESTUDO IBOPE

Dilma melhor que Temer, Lula o melhor da história

PESQUISA. Apenas 3% dos brasileiros consideram que o governo de Temer é melhor que o de Dilma Rousseff. Do lado oposto estão 59% dos inqueridos. Lula da Silva, por sua vez, é o presidente da história com melhor avaliação.

Lula manteve uma regularidade e disputou a reeleição com aprovação de 57%.



A

percentagem de pessoas que consideram o governo de Temer pior do que o de Dilma passou de 51%, em Julho, para

59% em Setembro, segundo pesquisa da CNI/Ibope divulgada na semana passada.

O resultado mostra que se mantém a tendência de aumentar o número de pessoas a favor da antiga governação. Os dados dão conta, por exemplo, que, em Junho de 2016, só 25% das pessoas achavam o governo de Temer pior do que o de Dilma.

O número de pessoas que acham que os governos é igual, corresponde a 31%.

Só 8% dos entrevistados acham que o governo de Temer está melhor. Esse percentual já chegou a ser de 23% em Junho do ano passado.

A pesquisa concentrou-se também sobre o desempenho do governo de Temer e mostra que 77% dos entrevistados reprovam. Segundo o Ibope, este já é o quarto trimestre consecutivo que se regista queda na popularidade do presidente Michel Temer. Apenas 3% dos entrevistados disseram considerar o governo bom, enquanto 16% consideram regular. Por sua vez, 3% não souberam ou não responderam.

Além das notícias sobre corrupção relacionadas com o governo, a liberação de exploração da Renca, na Amazônia, foi a notícia mais lembrada pela população.

O levantamento ainda avaliou outros dois critérios: a forma de governar e a confiança no presidente. Sobre a forma de governar, 89% dos brasileiros disseram que desaprovam, enquanto 7% aprovam e 4% não souberam ou não responderam.

57

Nível de aprovação com que Lula terminou com o mandato

LULA, O MELHOR DE SEMPRE

Por outro lado, o Ibope publicou os resultados da avaliação mensal de cada presidente desde a redemocratização e Lula é o melhor da história. Segundo os dados, o paulista terminou o seu segundo mandato, em Dezembro de 2010, com 80% de avaliações óptimo e bom da população. Nenhum outro governante conseguiu avaliação igual ou melhor.

Os dados mostram que o ex-presidente José Sarney começou o seu mandato com avaliação positiva de

71%, mas foi paulatinamente caindo até chegar a Novembro de 1989 bem avaliado por apenas 9% dos brasileiros.

Seu sucessor, Fernando Collor de Mello, assumiu o governo em 1990 com 59% de bom ou óptimo, mas, após as denúncias que levaram ao seu impeachment, em Agosto de 1992 deixou a presidência com apenas 12%.

O presidente Itamar Franco, cujo governo foi responsável pelo Plano Real e a estabilização da moeda, terminou bem avaliado por 46% dos brasileiros.

Ainda segundo o levantamento do Ibope, o presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou o primeiro governo avaliado positivamente por 41% da população. O maior percentual de popularidade que FHC chegou a ter foi uma avaliação positiva de 51%, em Março de 1997. Terminou o primeiro mandato com 40% de bom ou óptimo, e o seu segundo mandato com apenas 22%.

O ex-presidente Lula iniciou o primeiro mandato, em 2003, com avaliação positiva de 51%, o tecto de FHC. Lula manteve uma regularidade e disputou a reeleição com aprovação de 57%.

No segundo mandato, conforme a pesquisa Ibope/CNI, Lula regista uma ascensão paulatina até alcançar e quando entregou a faixa presidencial para Dilma Rousseff, estava com um governo bom ou óptimo para 80% dos brasileiros.

A presidente Dilma Rousseff iniciou seu primeiro governo bem avaliada por 56% da população e foi reeleita com 40%. Iniciou o segundo mandato com 13% de avaliação positiva, chegou a ter 9% em Dezembro de 2015 e quando foi retirada da Presidência tinha 10%.

Já Michel Temer conseguiu bater todos os recordes de negativos. Iniciou o governo com 13% de avaliação positiva e chegou a ter 14%, em Setembro do ano passado. De lá para cá, vem recuando e actualmente encontra-se aprovado como óptimo ou bom por apenas 3% da população.



AERONAVES

Mais receitas com a internet

A banda larga a bordo de aeronaves tem o potencial de criar um mercado global de 130 biliões de dólares nos 20 anos, resultando em numa receita adicional de 1,9 biliões para as companhias aéreas da América Latina. Esta é a conclusão de uma pesquisa inédita, intitulada "SkyHighEconomic: Quantifying the commercial opportunities of passenger-connectivity for the global airline industry", realizada pela London School of Economics and Political Science (LSE) em associação com a Inmarsat, fornecedora de comunicações globais móveis via satélite.

Com base em dados actuais da IATA e fontes da indústria, o estudo SkyHighEconomics desenvolveu um modelo de previsão independente. O modelo indica quatro principais fluxos de receitas para as companhias com o recurso à banda larga. A cobrança para o acesso à banda larga, o comércio electrónico, a publicidade e ainda com os conteúdos 'premium'.

Actualmente, apenas cerca de 53 de uma estimativa de cinco mil companhias aéreas em todo o mundo oferecem conectividade de banda larga a bordo. Segundo estudo, a internet a bordo estará amplamente difundida em aviões comerciais até 2035.

A VOLKSWAGEN anunciou, na última sexta-feira, que separou cerca de 2,5 biliões de euros extra para lidar com os efeitos do escândalo “dieselgate” nos Estados Unidos, que se mostraram mais complexos do que o esperado.



A TAP transportou mais 34% de passageiros na rota entre Portugal e Brasil e aumentou em 70% as suas receitas até Agosto, comparando ao período homólogo de 2016, segundo Mário Carvalho director-geral da TAP no Brasil.



LEILÃO

Vendido maior diamante

Depois do insucesso no leilão de Sotheby's, no ano passado, o segundo maior diamante, alguma vez encontrado no mundo, foi comercializado na semana passada num negócio directo em que o comprador foi a Graff Diamond, que pagou 53 milhões de dólares pela pedra de 1.109 quilates.

O valor que está abaixo dos 70 milhões que a vendedora espera vender e ainda dos 63 milhões de dólares que arrecadou no ano passado com a venda de uma pedra inferior, ou seja, de 813 quilates. No entanto, segundo o CEO da Lucara, William Lamb, os 70 milhões de dólares superam a maior oferta que receberam pela pedra no leilão do ano passado.

A pedra foi encontrada há

cerca de dois anos no Botswana, que é o terceiro maior produtor de diamante do mundo com 20,5 milhões de quilates anuais.

A Graff Diamonds, com sede no Reino Unido, tem uma longa história de aquisição de pedras preciosas e promete tratar que compra seja com a justiça que a mesma merece. “Estamos emocionados e honrados por nos tornarmos os novos guardiões deste diamante incrível. A nossa equipa altamente qualificada de mestres artesãos se baseará em muitos anos de experiência em elaborar os diamantes mais importantes, trabalhando noite e dia para garantir que façamos justiça a este presente notável da Mãe Natureza”, lê-se na página da empresa com sede no Reino Unido.

O diamante ora negociado é superado apenas por um de 3,106 quilates encontrada na África do Sul em 1905.

O PIB cresceu 3,1 por cento no segundo trimestre de 2017



CABO VERDE

Crescimento económico abranda

O crescimento económico em Cabo Verde registou um abrandamento no segundo trimestre do ano em curso, com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) a situar-se nos 3,1% contra os 4,0% do trimestre anterior.

De acordo as Contas Nacionais Trimestrais, no dia 29 de Setembro, pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV), o PIB cresceu 3,1 por cento no segundo trimestre de 2017, abaixo dos 4,0% do primeiro trimestre do ano e dos 3,7% do trimestre homólogo de 2016.

Apesar desta redução, o ministro da Finanças, Olavo Correia

acredita que alcançaram o objectivo perspectivado. “Estamos a falar de um valor entre 3% e 4%. É o valor expectável. Até final do ano teremos condições de ter um valor superior. Está dentro daquilo que é a nossa margem em termos de previsão para o crescimento”, disse.

Adiantou ainda que, com as medidas que o Executivo irá tomar em matéria de financiamento e da fiscalidade, haverá “condições para que a economia cresça a um ritmo muito superior”.

No acumulado dos dois trimestres de 2017, a economia cabo-verdiana regista uma variação do PIB de 3,6% contra os 3,9% do período homólogo de 2016.

O Produto Interno Bruto (PIB) real cabo-verdiano cresceu 3,9% em 2016 e as estimativas oficiais [Governo, Banco de Cabo Verde, FMI e Banco Mundial] apontam para um crescimento no intervalo entre 3% e 4% em 2017.

PUB

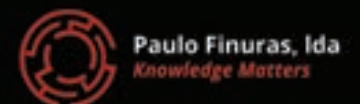
Workshop

O Factor Confiança na Liderança (e não só!)

A ciência para criar líderes e equipas de elevada confiança

2 a 6 de outubro 2017

Inscrições limitadas
humanskillsangola@gmail.com



Paulo Finuras, Ph.D

Organização
HS - HumanSkills®
Consortium

Media Partner
valor
ECONÓMICO

Belas Business Park - Via 1, s/n
Ed.º Cabinda - Sala 101
Talatona . Luanda - Angola

Ambiente



A IDEIA É ATRAIR A ATENÇÃO INTERNACIONAL

A Ilha de Lixo quer ser reconhecida como país

POLUIÇÃO. Convenção de Montevideu alerta que um país deve ser capaz de definir um território, formar um governo, interagir com outros Estados e ter população permanente.

O Oceano Pacífico tem um grande problema – um amontoado de lixo que já é maior do que todo o território francês. Para atrair a atenção internacional para a questão, o grupo ambiental Plastic Oceans Foundation uniu-se ao site de informação e entretenimento LadBible e, juntos, criaram uma campanha que tem como objectivo tornar a ilha de lixo num país oficial.

Segundo a campanha, o artigo 1.º da Convenção de Montevideu de 1993 sobre os direitos e deveres dos Estados diz que um país

deve ser capaz de: definir um território, formar um governo, interagir com outros Estados e ter população permanente. As Ilhas de Lixo – o nome que é dado ao ‘país’ – têm fronteiras e é simples criar um governo e instituições para interagir com outras.

E um nome muito famoso já pediu a cidadania. Al Gore, candidato à presidência dos Estados Unidos em 2000 e Prémio Nobel da Paz, é o cidadão número um das Ilhas de Lixo. Outras 100 mil pessoas já assinaram a petição para pedir a cidadania oficial e a campanha já entregou a candidatura às Nações Unidas, para que o Estado das Ilhas de Lixo seja reconhecido como o 196.º país do mundo.

100

Mil pessoas já assinaram a petição para pedir a cidadania oficial e a campanha

MEMORIZE

- **As Ilhas de Lixo** estão a ser tratadas como um país sob a teoria do estatuto de Estado, que diz que a existência política do mesmo é independente do seu reconhecimento pelos demais.

O projecto tem a preciosa ajuda dos profissionais de marketing Michael Hughes e Dalatando Almeida que, em conjunto com o designer Mario Kerkstra, criaram uma bandeira, um passaporte, unidade monetária (que se chama escombros) e selos.

As Ilhas de Lixo estão a ser tratadas como um país sob a teoria do estatuto de Estado, que diz que a existência política do mesmo é independente do seu reconhecimento pelos demais – por esta definição, por exemplo, Taiwan seria reconhecido como um Estado. Não é claro se isto seria suficiente para constituir legalmente um país sob a lei internacional.

E mesmo que a campanha

falhe, foi uma excelente estratégia para atrair atenção para o problema. O plástico no oceano prejudica os animais e transforma-se em micropartículas que se alojam nos peixes e que nós, humanos, acabamos por ingerir. É esperado que, em 2050, a quantidade de plástico nos oceanos seja maior do que a quantidade de peixe. E enquanto as Ilhas de Lixo ficam no Pacífico norte, um amontoado muito semelhante foi descoberto no Pacífico sul, em Julho.

O mote para a campanha é simples: “se acha que tudo isto é ridículo, então considere a ideia de que há uma área do tamanho de França feita inteiramente de plástico no meio do mar”.

Educação & Tecnologia

RÚSSIA

Facebook pode ser banido

A Rússia ameaçou, na passada semana, banir o Facebook em 2018 se a rede social não cumprir uma lei que exige o armazenamento de dados de usuários russos em território do país. O LinkedIn já foi bloqueado em 2016 por incumprir os dispositivos da legislação.

“A lei é obrigatório para todos”, afirmou Alexander Zharov, chefe do Roskomnadzor, o órgão russo que regula as comunicações, segundo a rede de televisão norte-americana CNN.

“Em todos os casos, nós garantiremos que a lei seja cumprida ou a companhia vai ter de parar de trabalhar na Federação Russa”, disse. “Não há exceções aqui.”

A lei, que entrou em vigor em 2015, vale para todas as companhias que armazenam dados pessoais de cidadãos russos. A legislação é semelhante à europeia, que obriga empresas que actuam no país a armazenar dentro do bloco os dados de cidadãos dos países membros.

A transferência só é permitida se o país destinatário cumprir uma série de exigências de segurança no tratamento às informações pessoais. Segundo o Roskomnadzor, o Twitter já informou que cumprirá a lei a partir de 2018.



Os apartamentos podem ser programados para acompanhar o Sol ao longo do dia.

CADA APARTAMENTO PODE GIRAR 360 GRAUS A CADA 90 MINUTOS

Dubai vai ter um arranha-céus giratório

ARQUITECTURA. É o primeiro edifício a ser feito com andares pré-fabricados. A estrutura central e os elevadores do arranha-céus serão as únicas partes que serão construídas no local.

O Dubai é o local escolhido para erguer o primeiro arranha-céus giratório do mundo. Com 420 metros de altura e 80 apartamentos – um por andar – a Dynamic Tower vai girar 360° e é obra do arquitecto David Fisher.

A construção tinha o início previsto para 2008, mas a crise económica mundial atrasou o processo e só este ano os impulsores do projecto asseguram que está tudo pronto para começarem a ser colocados os primeiros alicerces do edifício, que deverá ficar concluído em 2020.

O curto tempo de construção justifica-se pela técnica que vai ser utilizada: é também o primeiro edifício a ser feito com andares pré-fabricados. A estrutura central e os elevadores do arranha-

MEMORIZE

● O início da obra estava previsto para 2008, mas a crise económica mundial atrasou o processo e só este ano os impulsores do projecto garantem que está tudo pronto.



-céus serão as únicas partes que serão construídas no local. Isto facilita a construção e montagem do edifício e possibilita a rotação.

Além disso, será 100% alimentado por energias renováveis — tanto o edifício como a rotação dos andares. Os construtores garantem que os moinhos eólicos e painéis solares vão permitir alimentar outros três edifícios da mesma envergadura.

Cada apartamento pode girar 360 graus a cada 90 minutos, independentemente da rotação dos outros pisos. Desta forma, o edifício não terá forma física fixa. É possível programar o apartamento para acompanhar o Sol ao longo do dia, algo que permite ver o nascer e o pôr-do-sol na mesma divisão.

100

Por cento da energia consumida será proveniente de fontes renováveis.

80

Número de andares com que o arranha-céus vai contar.

Marcas & Estilos

Raridade

Impressionantemente rara, sobretudo neste tamanho (28 centímetros) e com o exterior completamente dourado. Carrega um conjunto completo com chaves, colchetes, alça de ombro, um sofá cama com protector chuva, fita e uma caixa original, próprias das peças Hermes Kelly.

Elegância

Os mestres surpreendem-nos a cada minuto que transcorrem os momentos de criatividade. A prova acabada é este casaco Tweed de lã de manga comprida, com o colarinho preto entalhado na lapela.

Grandezas do lar

A Nervi é uma mesa de alta qualidade feita inteiramente de vidro desenhado exclusivamente por Giulio Mancini para o projecto Tonelli. É uma mesa que impressiona pelo seu ar de grandeza. É uma peça ideal e única.

Prazer eterno

Ele condu-lo. Torna-lhe tudo possível, mais perto e mais acessível. Dá-lhe a visão global do espaço, do contexto e narra-lhe – o mais importante – o recurso mais precioso: o tempo. Com este cronógrafo da F. P. Journe, o seu pulso tem a eternidade para lhe retribuir.

Saltos com poder

Botas melhores do que estas? É indubitável que só as poderá encontrar nas lojas da Lala Ikai. Estreia-se em relevo de pelica de ovelha, com o tornozelo em tons de cinza e preto, um couro laranja isqueiro em forma de calcanhar. O salto transmite-lhe o som do poder.

Gestos funcionais

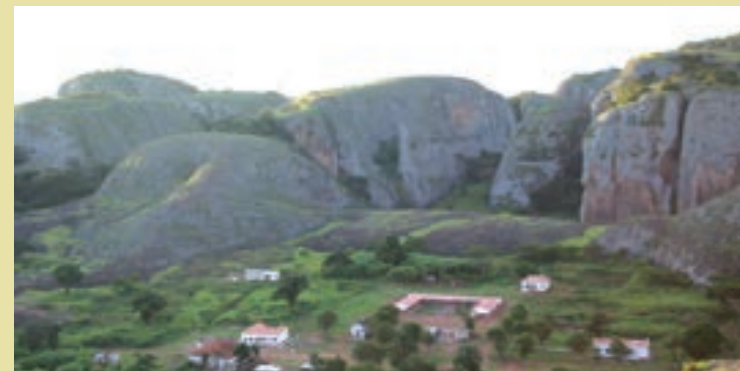
Para desfrutar das manhãs quentes e tropicais que já nos acompanham, não tem forma mais divertida que não seja com esta maravilhosa bicicleta ultra-leve e que funciona completamente com electricidade. Poder dobrá-la num tamanho compacto torna-a ainda fácil de transportar. A sua saúde agradece à YikeBike.

TURISMO

Uma paisagem única

É bem no meio do nada que surge uma enorme e magnífica formação rochosa de uma beleza incrivelmente espectacular. A pouco mais de uma centena de quilómetros da cidade de Malanje, as Pedras Negras de Pungo A'Ndongo oferecem aos seus visitantes um visual imperdível! São uma das mais importantes atracções turísticas de Angola. Reza a lenda que as pegadas esculpidas na rocha são da Rainha Njinga Mbandi.

Apesar de o acesso ao miradouro não ser fácil, vale a pena experimentar a recompensa da belíssima vista do rio Kwanza, que lhe proporciona uma paisagem única.



AUTOMÓVEL

Termicamente potente

A variante híbrida do Lexus LC 500h assinala o regresso da marca aos grandes coupés depois do marcante LFA. Modelo que associa um design de uma elegância notável a uma postura desportiva, num equilíbrio estético francamente bem conseguido.

Para além do design, o grande destaque do Lexus LC 500h é o sistema Multi Stage Hybrid desenvolvido pela marca – especificamente para veículos de elevada performance.

A caixa e-CVT desmultiplica as

quatro relações da caixa automática para um total de 10 velocidades. Há três modos de condução disponíveis: eco, Sport e Sport+. Cada um deles altera o comportamento e o carácter da mecânica, dando primazia às necessidades do condutor (economia ou performance).

A aceleração dos 0 aos 100km/h é feita em menos de cinco segundos, graças à soma dos 295cv e 348Nm do motor térmico com os 60cv do motor eléctrico – gerando uma potência combinada de 354cv.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 16 DE OUTUBRO

Exposição 'Ecos dos Heróis' do artista plástico Zola Daniel Pires 'Kabú', na Galeria Tamar Golan. A partir das 18 horas.

DE 2 A 6 DE OUTUBRO

12.ª Edição do Fórum de Arquitectura na Universidade Lusíada de Angola. A partir das 14 horas.

4 DE OUTUBRO

Colóquio sobre a Dimensão Cultural de Agostinho Neto, no Memorial António Agostinho Neto. Às 9h:30.

5 DE OUTUBRO

Fórum de Contabilidade e Fiscalidade, no Memorial António Agostinho Neto. A partir das 18 horas.

12 DE OUTUBRO

Espectáculo de percussões corporais: Zou! Cia Sons de Toile, no Centro Cultural Português. Às 18h:30. Entradas livres.

“O fictício é mecânico e o nível de sentimento é diferente. A minha mística vai ser resgatada, porque gosto de semba e sou bom fazedor de rumba. Aliás, um deles é interpretado em espanhol.”

DOM CAETANO, MÚSICO

“A sociedade não se deve preocupar com o músico apenas quando morre”

MÚSICA. Uma das grandes referências da música angolana, Dom Caetano prevê lançar, em breve, duas obras discográficas em simultâneo. Com perto de 45 anos de carreira, faz uma avaliação positiva da presença dos jovens na música angolana, mas apela ao maior reconhecimento dos artistas quando estes ainda estão em vida.

Por Amélia Santos

Como está a preparação do álbum?

A obra ‘Esperança Divina’ está toda terminada sob a chancela da produtora Arca Velha. É importante andar de mãos dadas com os jovens. As classes devem estar compactas. É preciso ouvir e observar, tanto do vem dos mais velhos como um dos mais novos.

Há um motivo especial para lançar dois álbuns?

Seriam três (risos)! Um deles é uma homenagem aos 35 anos de carreira de um dueto que se chamou ‘Dom Caetano e Zeca Sá’. Zeca Sá encerra a sua carreira artística e dedica-se ao empresariado e o disco ‘Homenagem 35 anos Dom Caetano e Zeca Sá’ conta com canções produzidas ao longo desses anos.

É para ficar na história?

Penso que sim! É uma proeza que merece sempre alguma reflexão em termos de valorização. Não cantamos desde 1996 por vários motivos.

Não foi uma dissolução, mas uma separação, porque ele vai para Portugal formar-se e eu ingresso para a música ligeira com mais consistência. Passei a pertencer aos ‘Jovens do Prenda’, ‘1.º de Maio’ e, mais tarde, à ‘Banda Movimento’ e comecei a fazer uma carreira mais a solo.

Há também concertos?

Claro que sim! Vamos estar na Casa 70, Muxima Ngola, Kilamba, entre outros sítios. Tudo ainda para este ano.

Conta-nos sobre a homenagem a Beto de Almeida?

Tive o cuidado de produzir duas músicas e quis as participações de Yuri da Cunha e Moniz de Almeida, mas não foi possível, por indisponibilidade do Yuri. Já o Moniz, depois de ouvir os estratos da música ‘Vizinho’, ficou emocionado e preferiu não participar. Quis muito que fosse ele a cantar comigo. Este álbum foi gravado em menos de 90 dias. Foi um record.

O que acha dos jovens que cantam em língua nacional?

Olho para aquilo que a crítica faz com

PERFIL

Caetano Domingos António, ou simplesmente Dom Caetano, nasceu a 25 de Abril de 1958, em Luanda. Pai de 22 filhos, fez parte dos grupos ‘Jovens do Prenda’, ‘Conjunto Astros’, ‘Os sete amigos’, ‘Surpresa 73’, ‘Sete Incríveis’, do ‘Instrumental 1.º de Maio’ e da Banda Movimento, ao qual pertence até hoje. Tem obras a solo, ‘Mateus 7:7’ e ‘Adão e Eva’; e colectivas, como ‘Espontaneidades’ e ‘Kufungissa’ (com a Banda Movimento). Em 1991, conquistou os prémios ‘Welwitchia’, pela RNA, e ‘Canção’ pela UNACA. Em 1996, vence novamente o prémio da ‘Canção’ com a música ‘Nova cooperação’ e o primeiro e único Prémio Sonangol da Canção, com a música ‘O pecado carnal’.

Eddy Tussa e deixa-me estupefacto. Ele faz muito bem, mas deve ser chamado a fazer melhor. É um grande esforço encontrarmos um jovem a cantar quimbundo como ele faz. Imagine que tivéssemos 10 Eddy Tussa a cantar quimbundo? A música angolana da linhagem quimbundo estaria mais enriquecida. Temos de dar vida à comunicação oral.

O que acha das homenagens feitas aos músicos falecidos?

Uma homenagem é um reconhecimento que deve ser merecido. Naturalmente que, na história da música angolana, há muitos músicos que



Santos Samuêsa © VE

merecem esta homenagem. Também, encontramos muitos músicos que têm ainda um caminho a percorrer para merecerem esta homenagem. A sociedade não se deve preocupar com o músico apenas quando morre, mas sempre e independentemente do papel ou do trabalho que desempenhe.

O álbum vai trazer histórias fictícias ou reais?

Não gosto muito de surrealismo. As coisas que acontecem são sempre um antídoto para o sentimento. Há maior emoção quando se espelha alguma coisa que aconteceu, do que quando se espelha o fictício. Isso torna o sentimento mais livre e dilacera a alma! O fictício é mecânico e o nível de sentimento é diferente. A minha mística vai ser resgatada, porque gosto de semba e sou bom fazedor de rumba. Aliás, um deles é interpretado em espanhol.

Sente exclusão dos mais velhos nos espectáculos?

Trata-se de uma questão de opção. E pode estar virado para a especifi-

cidade do concerto. Se for público e de carácter publicitário, compreende-se que se chame a juventude para actuar. Agora, se for um espectáculo como o último que aconteceu na Baía de Luanda em homenagem ao ex-presidente José Eduardo dos Santos, ele é mais velho, e, para tal, teriam de pôr um mais velho a actuar, até porque ele já foi músico. Tinha de ter, pelo menos, os ‘Kimbamba do Ritmo’, Elias Diakimuezo, entre outros artistas da minha geração. Os meus álbuns ‘Adão e Eva’ e ‘Mateus 7:7’ não tiveram muita sorte e não tocaram muito. O mercado estava com uma espécie de concorrência desleal, pessoas que pagam DJ para tocar. A corrupção no mundo da música tem de acabar.

E de que forma é que deve acabar?

É fácil! É chamar as estruturas que se responsabilizam pelas pessoas. Que são activistas, no sentido da promoção e publicação das obras, no sentido de serem coerentes, disciplinadas e respeitarem o trabalho dos artistas. Acho que há alguma causa emocional dos nossos produtores.

NÚMEROS DA SEMANA

2,1

milhões de kwanzas é o valor arrecadado pela direcção do Kwanza-Sul do Comércio e Hotelaria e Turismo este ano.

4,5

milhões de dólares é o investimento que a Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) está a investir desde 2015 em projectos sociais.

57,50

dólares é o que valia o barril de petróleo Brent para entrega em Novembro na sexta-feira, no International Exchange Futures (ICE) de Londres.

76

Milhões de euros é o valor do contrato de adjudicação de uma empreitada para a renovação das ruas de Luanda, celebrado entre o Governo angolano e a empresa Mota Engil.

NO VALOR DE 1.500 MILHÕES USD

Garantia para construção de porto



O Governo vai emitir uma garantia de Estado de 1.500 milhões de dólares a favor da construção, por privados, do novo porto da Barra do Dande, para descongestionar o Porto de Luanda.

Segundo um decreto presidencial, de 20 de Setembro, o novo porto será construído a cerca de 60 quilómetros a Norte de Luanda, em regime de concessão por 30 anos, pela sociedade privada angolana Atlantic Ventures, a qual contará com uma participação de até 40%

pela empresa pública que gere o actual Porto de Luanda.

O Governo justifica a medida com a necessidade de se “criarem as condições para que a província de Luanda tenha um novo porto de dimensão nacional e internacional com capacidade de abastecimento para todo o país e que, estrategicamente, possa ser, também, um entreposto internacional de mercadores”.

O documento, assinado pelo ex-PR José Eduardo dos Santos,

acrescenta que o Porto de Luanda, “de acordo com a evolução registada nos últimos anos nas operações portuárias” e face às “projeções de tráfego realizadas, não logrará, a curto prazo, satisfazer as necessidades de estiva e movimentação de cargas e descargas exigidas pelo comércio nacional e internacional”.

O Governo definiu a instalação, na nova cidade do Dande (Bengo), do novo porto da capital, serviços associados e uma Zona Económica Especial, reservando para o efeito uma área total de 197,2 quilómetros quadrados e um perímetro de 76,4 quilómetros.

O Governo considera a construção, a exploração e a manutenção do porto da Barra do Dande um empreendimento “prioritário, de interesse nacional e público, realçando ainda que o mesmo deve ser realizado com recurso a financiamento privado, segundo os princípios da eficiência da distribuição, partilha e gestão do risco pela parte que melhor o sabe gerir”.

PELA SEGUNDA VEZ NO ANO

Sonangol melhora receita fiscal

As receitas fiscais geradas pela petrolífera estatal Sonangol com a exportação de crude aumentaram 55% entre Julho e Agosto, para 106,1 mil milhões de kwanzas, indicam dados oficiais, citados pela Lusa.

O valor arrecadado em Agosto pela Sonangol corresponde ao segundo melhor registo mensal de todo o ano de 2017, apenas ultrapassado em Janeiro, então com 109,3 mil milhões de kwanzas, ainda tendo em conta os relatórios mensais do Ministério das Finanças sobre receita fiscal petro-

lífera. No mês anterior, de Julho, a concessionária tinha garantido, em receitas fiscais, cerca de 68,5 milhões de kwanzas, em nove das 11 concessões contabilizadas.

Em Agosto, a Sonangol arrecadou receitas em nove das 13 concessões que constam do relatório do Ministério das Finanças.

Angola exportou 49.979.412 barris de crude em Agosto, a um preço médio de 40,388 dólares, neste caso, valor médio mensal mais baixo do ano, contra os 45,1 dólares em Julho, e pelo

terceiro mês consecutivo abaixo dos 46 dólares previstos no Orçamento Geral do Estado para 2017.

Angola produziu 630.113.030 barris de petróleo bruto em 2016, equivalente a uma média diária de 1.721.620 barris, o que representa uma quebra de 3% face ao total do ano anterior, justificada pela Sonangol com a paragem de produção, programada, num campo do bloco 17, durante 35 dias, com perdas estimadas de 210.000 barris por dia.



EM CABINDA Consórcio procura ouro

Um consórcio público-privado foi autorizado pelo Governo angolano a procurar ouro numa área de concessão de mais de 381 quilómetros quadrados em Cabinda, prevendo um investimento superior a 5,6 milhões de dólares, indica um despacho rubricado, no final de Setembro, pelo ex-ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

De acordo com o documento, foi aprovado um contrato de investimento mineiro com a sociedade Lombe Mining Limitada, participada pela estatal Ferrangol (20%), Keys Tree & Four (60%) e Sofispa (20%), atribuindo os direitos mineiros para a prospecção de ouro na área a concessionar.

A concessão, segundo ainda o documento, é feita por até cinco anos, prorrogáveis até 35 anos, ficando aquela sociedade responsável por pagar uma taxa de superfície durante o tempo que durar a fase de prospecção, entre os cinco e os 35 dólares, do primeiro ao quinto ano de prospecção.

O VALOR ESTA SEMANA

SEGUROS

Sinistros entalados na ENSA

A ENSA recebeu, de Janeiro a 31 de Agosto, cerca de quatro mil casos de sinistros, 300 dos quais aguardam por resolução, revelou fonte da empresa ao VALOR. Seguradora queixou-se de perdas no balanço com a resolução de sinistros e já fala na “profissionalização” de técnicos para poupar custos. **Pág. 17**



BANCA

Reformas no Standard Bank

Uma reunião da assembleia-geral de accionistas do Standard Bank Angola, prevista para finais de Outubro, antecipa mudanças na estrutura da administração do banco, com a entrada de novos rostos. A expectativa é saber se as ‘nomeações’ vão integrar um novo accionista do banco, o grupo Impal. **Pág. 16**

DIREITOS DO CONSUMIDOR

Denúncias aumentam

A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) recebeu entre Janeiro e princípio de Setembro deste ano mais de 4.300 denúncias de violações dos direitos do consumidor, contra as cerca de 3.000 recebidas no mesmo período de 2016. A educação lidera o quadro das reclamações, seguida da banca e das telecomunicações. **Pág. 10**